

MESA DIRETORA

FRANCISCO DE SALES GUERRA NETO - PRESIDENTE

FRANCISCA AURELINA DE MEDEIROS LIMA
1ª VICE-PRESIDENTE

GERSON CHAGAS
2º VICE-PRESIDENTE

FRANCISCO ASSIS DA SILVEIRA
3º VICE-PRESIDENTE

JALSER RENIER PADILHA
1º SECRETÁRIO

REMÍDIO MONAI MONTESSE
2º SECRETÁRIO

ERCI DE MORAES
CORREGEDOR GERAL

MARCELO CABRAL
3º SECRETÁRIO

NALDO DA LOTERIA
4º SECRETÁRIO

GEORGE MELO
OUVIDOR GERAL

Membros das Comissões Permanentes da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima

Comissão de Constituição, Justiça e Redação Final

Deputado Ionilson Sampaio
Deputado Flamarion Portela
Deputado Jalsler Renier
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Chicão da Silveira
Deputado Coronel Chagas
Deputado Brito Bezerra

Comissão de Administração, Segurança e Serviços Públicos

Deputado Jean Frank
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Coronel Chagas
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Remídio Monai

Comissão de Educação, Cultura, Desportos e Saúde

Deputado Joaquim Ruiz
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Célio Wanderley
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço

Comissão de Orçamento, Fiscalização Financeira, Tributação e Controle

Deputado Célio Wanderley
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Natanael
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Flamarion Portela
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Ivo Som

Comissão de Defesa do Consumidor

Deputado Ivo Som
Deputado Coronel Chagas
Deputado Jânio Xingú
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Soldado Sampaio

Comissão de Agricultura, Pecuária e Política Rural

Deputado Gabriel Picanço
Deputado Erci de Moraes
Deputado Naldo da Loteria
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Brito Bezerra
Deputado Marcelo Cabral

Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e das Minorias

Deputado Jânio Xingú
Deputado Dhiego Coelho
Deputado Jalsler Renier
Deputado Soldado Sampaio
Deputado Erci de Moraes
Deputado Coronel Chagas

Comissão de Ética Parlamentar

Deputado Marcelo Natanael
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Ionilson Sampaio
Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Joaquim Ruiz
Suplentes:
1º - Deputado George Melo
2º - Deputado Célio Wanderley

Comissão de Terras, Colonização e Assuntos Indígenas

Deputado Mecias de Jesus
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Erci de Moraes
Deputado Marcelo Cabral
Deputado Chicão da Silveira

Comissão de Indústria, Comércio e Turismo:

Deputado Brito Bezerra
Deputado Jalsler Renier
Deputado George Melo
Deputado Jean Frank
Deputado Ivo Som

Comissão de Viação, Transportes e Obras

Deputado Flamarion Portela
Deputado Remídio Monai
Deputado Gabriel Picanço
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Marcelo Natanael
Deputada Ângela Águida Portella

Comissão de Defesa dos Direitos da Família, da Mulher, da Criança, do Adolescente e do Idoso e de Ação Social

Deputada Ângela Águida Portella
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Jânio Xingú
Deputada Aurelina Medeiros
Deputado Dhiego Coelho

Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável

Deputado Soldado Sampaio
Deputado Marcelo Cabral
Deputado George Melo
Deputado Erci de Moraes
Deputado Flamarion Portela

Comissão de Ciência, Tecnologia, Relações Fronteiriças e MERCOSUL

Deputado Dhiego Coelho
Deputado Ivo Som
Deputado Mecias de Jesus
Deputado Naldo da Loteria
Deputado Remídio Monai

SUMÁRIO

Atos Administrativos

Resolução nº 753/2013 - DGP 2

Relatório Resumido de Execução Orçamentária -
Referente ao 4º bimestre de 2013 2

Atos Legislativos

Ata da 2230ª Sessão Ordinária - Íntegra 2

EXPEDIENTE

GERÊNCIA DE DOCUMENTAÇÃO GERAL

Praça do Centro Cívico, nº 202 - Centro - Sede da ALE/RR
Telefone: (95) 3623-6665

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO
Gerente de Documentação Geral

VICTOR TAVARES PIRO
Diagramação

MATÉRIAS E PUBLICAÇÕES

As matérias publicadas no Diário Oficial da Assembleia Legislativa deverão ser entregues à Gerência de Documentação Geral através de meio magnético, em formato .doc, com cópia do documento, de segunda a sexta-feira até às 15:30h

É de responsabilidade de cada setor, gerência, secretaria e dos órgãos da Fundação Rio Branco de Educação, Rádio e Televisão as correções ou revisões das matérias por eles produzidas, bem como, o envio de documentos em tempo hábil para publicação.

ATOS ADMINISTRATIVOS

RESOLUÇÕES DE EXONERAÇÃO E NOMEAÇÃO

RESOLUÇÃO Nº 753/2013-DGP

A MESA DIRETORA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA, no uso de suas atribuições regimentais, de conformidade com a Resolução 11/92,

RESOLVE

Art. 1º SUSPENDER férias da senhora **Niura Cardoso de Souza**, referente ao exercício de 2012/2013, marcadas no período de 02/01/2013 a 21/01/2013, para serem usufruídas nos períodos de 31/10/2013 a 09/11/2013 e 02/12/2013 a 11/12/2013, por necessidade de serviço, conforme Memo Sup. Adm. nº 072/2013.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos 02/01/2013.

Palácio Antônio Martins, 16 de setembro de 2013.

Deputado Francisco de Sales Guerra Neto

Presidente

Deputado Jalsner Renier Padilha

1º Secretário

Deputado Remídio Monai Montessi

2º Secretário

ATOS FINANCEIROS

ALE/SEFIN/MEMO Nº 049/13 Boa Vista-RR, 16 de agosto de 2013

Excelentíssima Senhora

ELÂNDIA GOMES ARAÚJO

Gerente de Documentos Gerais da ALE/RR

Senhora Gerente,

Com os nossos cordiais cumprimentos, encaminhamos, conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal nº 101/2000, o **Relatório Resumido de Execução Orçamentária deste Poder Legislativo, referente ao 4º bimestre de 2013**, para publicação no Diário da Assembléia, conforme quadro anexo.

Cordialmente,

Francisco Carmozildo H. de Araújo
Gerente de Orçamento

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 BIMESTRE JULHO - AGOSTO 2013

RS (em mil R\$)

RECEITAS	PREVISÃO ANUAL		RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (d)	No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (e)=(c/d)	
RECEITAS CORRENTES	132.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	132.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00
Transferências Intergovernamentais	132.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00
RECEITAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	6.000.000,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	6.000.000,00
Transferências Intergovernamentais	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	6.000.000,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (d)	138.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00
DEPESAS (f)	138.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00
TOTAL (f) = (d)	138.224.835,00	146.724.835,00	---	---	---	146.724.835,00

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 BIMESTRE JULHO - AGOSTO 2013

RS (em mil R\$)

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (g)-(f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (d)	No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)		
DESPESAS CORRENTES	132.224.835,00	146.074.370,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2	117.747.996,88	
Despesas Correntes	132.224.835,00	146.074.370,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2	117.747.996,88	
Outras Despesas Correntes	132.224.835,00	146.074.370,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2	117.747.996,88	
DESPESAS DE CAPITAL	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	---	---	6.000.000,00	
Despesas de Capital	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	---	---	6.000.000,00	
Investimentos	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	---	---	6.000.000,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	6.000.000,00	6.000.000,00	---	---	---	---	---	6.000.000,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (f)	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2	119.186.626,23	
SUPERÁVUI (h)	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	27.538.208,77	27.538.208,77	18,7	119.186.626,23	
TOTAL (h) = (f)	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	27.538.208,77	27.538.208,77	18,7	119.186.626,23	

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 BIMESTRE JULHO - AGOSTO 2013

RS (em mil R\$)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (g)-(f)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	
LEGISLATIVA	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2
Ação Legislativa	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	22.330.838,23	22.330.838,23	15,2
TOTAL	138.224.835,00	146.724.835,00	25.726.373,82	25.726.373,82	27.538.208,77	27.538.208,77	18,7

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 BIMESTRE JULHO - AGOSTO 2013

RS (em mil R\$)

DESPESAS	PREVISÃO ANUAL		DESPESAS EMPENHADAS			DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (g)-(f)
	INICIAL (a)	ATUALIZADA (d)	No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)		
DESPESAS CORRENTES	100.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Despesas Correntes	100.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
Outras Despesas Correntes	100.000.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	100.000,00	
DESPESAS DE CAPITAL	180.986,00	180.986,00	---	---	---	---	---	180.986,00	
Despesas de Capital	180.986,00	180.986,00	---	---	---	---	---	180.986,00	
Investimentos	180.986,00	180.986,00	---	---	---	---	---	180.986,00	
INVESTIMENTOS FINANCEIRAS	180.986,00	180.986,00	---	---	---	---	---	180.986,00	
SUBTOTAL DAS DESPESAS (f)	280.986,00	280.986,00	---	---	---	---	---	280.986,00	
SUPERÁVUI (h)	280.986,00	280.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.986,00	
TOTAL (h) = (f)	280.986,00	280.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	280.986,00	

PODER LEGISLATIVO
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE RORAIMA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2013 BIMESTRE JULHO - AGOSTO 2013

RS (em mil R\$)

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO (g)-(f)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	No Bimestre (d)	Até o Bimestre (e)	
LEGISLATIVA	280.986,00	280.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Legislativa	280.986,00	280.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	280.986,00	280.986,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

ATAS PLENÁRIO - ÍNTEGRA

**ATA DA 2230ª SESSÃO EM 22 DE AGOSTO DE 2013.
46º PERÍODO LEGISLATIVO DA 6ª LEGISLATURA
ORDINÁRIA**

PRESIDÊNCIA DA SENHORA DEPUTADA AURELINA MEDEIROS

Às nove horas do dia vinte e dois de agosto de dois mil e treze, no Plenário desta Casa Legislativa, deu-se a segunda milésima ducentésima trigésima quinta Sessão Ordinária do quadragésimo sexto período legislativo da Sexta Legislatura da Assembleia Legislativa do Estado de Roraima.

A Senhora Presidente Deputada (Aurelina Medeiros) – Convidou o Senhor Deputado Gabriel Picanço para atuar como Primeiro Secretário Ad hoc.

Solicitou ao Senhor Primeiro Secretário proceder à verificação de quorum.

O Senhor Primeiro Secretário Deputado (Gabriel Picanço) – Senhor Presidente, há quorum regimental para abertura dos trabalhos.

A Senhora Presidente Deputada (Aurelina Medeiros) – Havendo quorum regimental, sob a proteção de Deus e em nome do povo roraimense, declarou aberta a Sessão.

Solicito ao Senhor Segundo Secretário que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Coloco em discussão a Ata da Sessão anterior.

Não havendo quem queira discuti-la, passamos para a votação. A votação será simbólica: os Deputados que forem favoráveis permaneçam como estão.

Dou por aprovada a Ata da Sessão anterior.

Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à leitura do Expediente.

RECEBIDO DOS DEPUTADOS:

Requerimento nº 001/2013, de 21/08/2013, da Comissão Especial Interna, criada por meio da Resolução nº 020/13, requerendo prorrogação de prazo por igual período desta Comissão.

DIVERSOS:

Ofício nº 2791/2013, de 21/08/2013, da Secretária de Estado de Saúde, em resposta ao OFÍCIO/S.L/PRES./Nº192/2013, informando a impossibilidade de participar da Audiência Pública do dia 22 de agosto de 2013.

Ofício nº 609/2013, de 20/08/2013, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros, sob bloqueio.

Ofício nº 610/2013, de 20/08/2013, da Caixa Econômica Federal, notificando o crédito de recursos financeiros sob bloqueio.

Comunicado nº AL125854/2013, de 09/08/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Secretaria de Educação Cultura e Desporto.

Comunicado nº AL125855/2013, de 09/08/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Secretaria de Educação Cultura e Desporto.

Comunicado nº AL125856/2013, de 09/08/2013, do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação, informando liberação de recursos financeiros destinados à Escola Estadual Barão de Parima.

Era o que constava do Expediente, Senhora Presidente.

A Senhora Presidente Deputada (Aurelina Medeiros) – Solicito ao Senhor Primeiro Secretário que proceda à chamada dos oradores inscritos para o Grande Expediente.

O Senhor Primeiro Secretário (Gabriel Picanço) - Senhora Presidente, não há nenhum orador inscrito para o Grande Expediente. Não havendo matéria para ordem do dia, suspendo a Sessão pelo tempo necessário para que a mesma seja transformada em Comissão Geral.

Reaberta a Sessão.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Dou por reaberta a Sessão.

Senhoras e Senhores Deputados, neste momento a Sessão Plenária será transformada em Comissão Geral, atendendo ao Requerimento nº 37/13, aprovado anteriormente, momento em que esta Casa Legislativa estará realizando Audiência Pública com os movimentos sociais, com o objetivo de ouvir os anseios e reivindicações nas áreas de saúde e educação, expostos pela sociedade, através do movimento “Vem para a Rua”.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Convido para fazer parte da Mesa, o representante da Comissão de Educação, Cultura, Esporte e Saúde, Deputado Joaquim Ruiz.

Solicito ao Senhor Deputado Gabriel Picanço que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Presidente da OAB, doutor Jorge Fraxe.

Convido o Deputado Ivo Som para conduzir à Mesa dos Trabalhos, o Promotor de Justiça, Defesa do Consumidor e Cidadania, Doutor Ademir Teles de Menezes.

Convido a Deputada Aurelina Medeiros que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Presidente do Tribunal de Contas, doutor Essen Pinheiro.

Convido o Deputado Ivo Som que conduza à Mesa dos Trabalhos, o representante do Reitor da Universidade Estadual, doutora Ivanize Maria Rizatti.

Convido o Deputado Dhiego Coelho que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Presidente do Conselho Regional de Medicina, doutor Wirlande da Luz.

Convido o Deputado Flamarion Portela que conduza à Mesa dos Trabalhos, o representante do Tribunal de Contas da União, Senhor Valdemir Paulino.

Convido o Deputado Brito Bezerra que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Procurador Regional dos Direitos do Cidadãos do Ministério Público Federal, doutor Gustavo Kenner Alcântara.

Convido o Deputado Soldado Sampaio que conduza à Mesa dos Trabalhos, o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores em Educação, SINTER, professor Ornildo Alberto de Souza.

Convido o Deputado Chagas que conduza à Mesa dos Trabalhos,

o representante do movimento “Vem para a Rua”, Suely Gomes.

Convido a Senhora Deputada Aurelina que assuma a Mesa dos trabalhos.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) - Neste momento, fará o uso da palavra o Presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra.

O Senhor Deputado Chico Guerra – Senhora Presidente, Senhores Deputados, queria cumprimentar a Mesa em nome do Presidente da OAB, doutor Jorge Fraxe. Senhores e Senhoras, quero comunicar à Mesa que essa faixa do meio são pessoas que estão aqui reivindicando os seus direitos e que estão aí, há 48 horas, ocupando as dependências da Assembleia.

Temos como meta, na nossa administração diante da Assembleia, abri-la o máximo possível para que a população participe muito mais do que vinha participando com relação aos problemas, de suas comunidades.

O que estamos fazendo aqui, é o uso da democracia. Abrimos a Assembleia ao Movimento “Vem para a Rua”, que é um movimento nacional daquelas pessoas que não aguentam mais conviver com as coisas que estão acontecendo a cada dia e vêm piorando ainda mais.

Portanto, estamos aqui hoje para ouvi-los, para que possamos sair daqui com a consciência de que fizemos a nossa parte, de que as coisas irão mudar, se o movimento não se politizar, se o movimento continuar dentro daquilo que eles pretendem fazer diante dos problemas da população.

Hoje nós somos a pior parte da sociedade. O político hoje está realmente em baixa, mas eu tenho certeza de que as coisas estão mudando e irão mudar. No momento em que o Judiciário fizer a sua parte, com dureza, com firmeza, as coisas mudam em todos os setores, não só aqui.

Portanto, quem está mais disposto, somos nós. E nós estamos trabalhando a cada dia para que as coisas mudem, para que esta Casa fique o mais transparente possível, para que a gente possa poder olhar no olho de cada um de vocês e dizer: “Nós estamos fazendo a nossa parte”, e é isso que queremos fazer.

Façam a sua parte, como vêm fazendo; façam sua parte de modo seguro, firme, para que não venhamos ter problemas no futuro. Nós queremos mudar a realidade, estamos trabalhando para isso. Sou parlamentar há 24 anos e estou aqui nesta Casa esse tempo todo, porque não engano os meus eleitores e sempre lutei para que o Estado ficasse melhor e assim vou continuar. E sempre que eu estiver na Assembleia, iremos abri-la para que toda sociedade possa usufruí-la. Meu muito obrigado,

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Vamos ouvir agora a explanação com o tema Educação. Será franqueada a palavra ao Senhor Chaulin, e gostaria que ele explicasse às pessoas que estão presentes, qual será o roteiro da Audiência Pública solicitada por Vossa Senhoria e também aquilo que será discutido durante a audiência.

O Senhor Representante do Movimento “Vem para a Rua” (Chaulin) - Gostaria de começar a minha fala, agradecendo o apoio de todas aquelas pessoas que estão aqui nos apoiando, que estão juntamente com a gente nas ruas e manifestaram apoio na questão da internet, verbalmente e estão lutando com gente, o SINTER, CRM, pessoal do comando de greve. Essas pessoas que estão com a gente, não para se engrandecer, mas para lutar por uma causa justa e viável.

Gostaria que o pessoal passasse o vídeo que será mostrado lá em cima.

Enquanto resolvem a questão do som, gostaria de cumprimentar todas as autoridades que estão aqui, na pessoa do Presidente Chico Guerra, e agradecer a oportunidade que esta Casa nos deu. Estamos aqui colocando as reivindicações do povo de Roraima, que está saturado, cansado de tanto sofrer, e foi para as ruas lutar pelos seus direitos.

Quero agradecer também a presença do Ministério Público, OAB, TCU, TCE e demais autoridades presentes.

Quero agradecer a oportunidade que está sendo dada a este movimento e a confiança que esta Casa nos deu.

Bom gente, parece que não conseguiram passar o vídeo!

O Movimento “Vem para a Rua”, vem nesta Casa não para ser um instrumento de oposição, ou menos ser lacaio do governo, como muitos têm falado. Muitos têm falado que o Movimento “Vem para a Rua” é um movimento político, que tem o cunho de derrubar o Governador José de Anchieta. Quero dizer que a gente foi às ruas com esse movimento, não para fazer isso. A gente foi às ruas para reivindicar os nossos direitos que são garantidos por lei: educação, saúde.

Senhores Deputados e demais autoridades, os Senhores sabem muito bem que a educação no Estado está em estado de calamidade. Tanto a educação, quanto a saúde estão precárias. Se pudesse mostrar o vídeo, iria mostrar a indignação do povo que foi às ruas, reivindicou, pedindo uma saúde e uma educação de qualidade. Ultimamente tenho visto a situação das escolas que estão se acabando.

Agora vou apresentar um vídeo.

(Apresentação de vídeo)

Como vocês puderam ver no vídeo, Roraima saiu às ruas reivindicando melhorias na educação, melhorias no sistema do governo. O movimento veio pedir essa audiência pública simplesmente para reivindicar os nossos direitos. Eu vou fazer um pedido aos Deputados, que foi clamado pelo pessoal da CPI das terras que foi para abraçarmos a causa. E, com certeza, iremos abraçar porque é uma causa viável. Eu gostaria que os Deputados que não assinaram, assinem a CPI das Terras, porque não é a vontade de poucos e sim a vontade de muitos. É a vontade do Estado de Roraima. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Passamos a palavra ao Senhor Ornildo Roberto de Souza, representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação -SINTER.

O Senhor Representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação – SINTER (Ornildo Roberto de Souza) – Bom-dia, senhoras e senhores, jovens, trabalhadores rurais presentes, demais pessoas que compõem essa plenária. Primeiro, gostaria de cumprimentar à Mesa, na pessoa de sua Excelência o Presidente da Assembleia, e cumprimentar as demais autoridades.

Queria agradecer a oportunidade que temos para representar o SINTER para que aqui possamos dar algumas informações sobre a questão educacional em nosso Estado, pois vemos que a educação em nosso Estado, no dia de hoje, perpassa por situações caóticas. É deplorável como vemos a situação de algumas escolas nos dias de hoje. Queremos, na verdade, chamar a atenção dos senhores parlamentares, das autoridades aqui presentes para que, na verdade, comecem a perceber que a importância e o desenvolvimento de um Estado, de um País, perpassa pela questão educacional. Se nós não temos uma educação de qualidade, se nós não temos uma educação digna em que possamos realmente estar trabalhando com a nossa juventude, com certeza, nós estamos marginalizando a nossa juventude, comprometendo o desenvolvimento do nosso Estado e do nosso País. Portanto, é importante que os Senhores parlamentares, que as autoridades aqui presentes comecem a olhar a educação como um horizonte profícuo para o desenvolvimento do nosso Estado, pois sem educação, nós não vamos a lugar nenhum. A educação é a mola precursora de todo desenvolvimento de uma sociedade. Nós queremos fazer com que esta Casa juntamente com as demais autoridades se engajem no processo de caminharmos juntos, de mãos dadas, para que possamos realmente buscar uma nova etapa de desenvolvimento para o nosso Estado. Nós vemos que as escolas de norte a sul deste Estado, como já disse, passam por situações caóticas. Por exemplo, na Escola João Rogério, a temperatura chega a 40° em sala de aula. É impossível os alunos aprenderem dessa forma, pois vemos que não é só lá, mas nas demais escolas deste Estado as condições são impróprias para o desenvolvimento do processo educacional. Nós queremos que esta Casa, realmente, comece a fazer um trabalho amplo, um trabalho realmente de investigação em relação às escolas. Não podemos mais permitir que as escolas não tenham a mínima estrutura para que juntos possamos desenvolver o conhecimento para os nossos alunos, pois entendemos que a partir do momento em que a sociedade e as autoridades comecem realmente a ver a educação como o instrumento de desenvolvimento de qualidade de vida para a classe trabalhadora, de um modo geral. Vamos realmente triunfar, ter um Estado dinâmico que vai dar oportunidade de vida digna aos seus trabalhadores e à sua população. Portanto, queremos dizer que não dá para conceber as escolas sem carteiras suficientes para os alunos, sem quadros para que possamos realmente desenvolver as nossas atividades como vemos aqui, uma escola do Município do Amajari, na comunidade indígena de Leão Dourado, onde o quadro é improvisado com condições impróprias para o desenvolvimento de uma boa educação. Isso não ocorre só lá, mas em outros municípios vemos também uma situação muito degradante. Portanto, queremos dizer aos senhores que em educação não se improvisa; em educação se investe. Ou as autoridades investem em educação, ou nós vamos condenar a nossa juventude a ter, com certeza, uma vida imprópria para o seu desenvolvimento. Enfim, fica aqui o meu apelo para que juntos possamos buscar uma solução para a educação, como também para a saúde, para a segurança. Enfim, queremos juntos fazer com que o nosso Estado seja referência em nível nacional. Eu quero agradecer aqui essa oportunidade e dizer que o SINTER está de portas abertas para contribuir com o desenvolvimento deste Estado. Muito obrigado.

O Senhor Presidente Deputado (Chico Guerra) – Neste momento passamos a palavra ao Senhor Edgarte Zanette, Representante da Universidade Estadual de Roraima – UERR.

O Senhor Representante da Universidade Estadual de Roraima –

UERR (Edgarte Zanette) – Bom-dia a todos. Sou professor da Universidade Estadual de Roraima. Gostaria de parabenizar o movimento, pois ele, nos últimos tempos, foi fundamental para a conscientização da sociedade brasileira e aqui em Roraima uma parte desse movimento, vem tentando representar o povo de forma educada. Gostaria de cumprimentar a Mesa, todos os Deputados e a todo o povo roraimense. Gostaria de contribuir com a pauta de hoje, na questão da qualidade da educação e da saúde do nosso País. Eu vou contribuir aqui com uma breve fala sobre a educação. Primeiramente, eu quero apresentar alguns dados sobre a questão geral da educação no Brasil, no contexto geral, em relação dos recursos que o Brasil disponibiliza para a educação. Primeiramente, nós sabemos como está sendo politizado os royalties do petróleo do pré-sal. Eles rendem 134,9 bilhões até 2022 e esses recursos, apesar de serem tão publicitados pelo Governo Federal, são insuficientes para atender a demanda de alcançarmos 10% do PIB para a educação. Esses recursos são a metade do montante, suficiente para alcançarmos 10% do PIB a ser aplicado na educação. Isso significa que a educação no Brasil não é prioridade no contexto nacional. A educação, nesse projeto para os próximos 10 anos continua não sendo prioridade.

Em segundo lugar, eu gostaria aqui, rapidamente, de tratar da questão da qualidade do ensino no Brasil. Somente alguns dados referentes ao ensino fundamental nos anos iniciais, ensino fundamental nos anos finais e ensino médio. Segundo o IDEB, que é um dado oficial disponibilizado no site do Ministério da Educação, o Brasil, em 2011, tinha a média 5 dos anos iniciais no ensino fundamental, uma média muito baixa em relação ao mundo, porque em geral é 7. Um país que quer ser um país de ponta é 8. Não falo isso para desmoralizar a universidade, falo isso para justificar o movimento de greve que está lutando por melhorias na nossa universidade, tentando sensibilizar o povo roraimense e o Governo de Roraima. Esse movimento entrou em um processo de acordo e estamos tentando firmar um compromisso com o Governo roraimense para melhorarmos a estrutura, o salário dos professores, dos técnicos, a situação da internet no interior, a situação dos campus no interior, sobretudo eles, que se encontram com as maiores dificuldades. Então nós, do comando de greve, tivemos, ontem, uma assembleia com o governo, que foi sensibilizado e nos fez um documento pedindo voto de confiança para que fosse aprovado o regime de equiparação salarial imediata para os professores, PCCR, um projeto de 90 dias a ser desenvolvido conjuntamente com a base, bem como, os outros pontos da pauta, que são fundamentais. Bem, gostaria de saudar o Movimento “Vem Para a Rua”. Nós estamos à disposição para colaborar, o comando de greve, saúda esta Casa que se dispôs a abrir ao público, a permitir que todos manifestem a sua opinião, a sua posição no sentido de lutarmos por um Brasil melhor. Muito obrigado.

A Senhora Representante do DCE (Adriele Nayara do Nascimento) – Primeiramente, quero dar um bom-dia a todos os Senhores Deputados e a todos os demais presentes. O meu nome é Adriele Nayara, sou Presidente do DCE da Universidade Estadual de Roraima, sou do sexto semestre do Curso de História. Falar da Universidade Estadual de Roraima, hoje, falar o que se tem dentro da universidade, se eu fosse falar disso, nem falaria, porque nós não temos nada. O movimento estudantil começou a partir de uma primeira paralisação no dia 16 de março de 2012. Há mais de um ano, estamos nessa luta. Dia 05 de agosto deu-se início à greve que, por sinal, foi em uma assembleia de professores, e encerrou-se ontem. Nós tínhamos a nossa pauta? Tínhamos. Nós tínhamos e temos as nossas reivindicações e estamos nessa mesma tecla há mais de um ano. Hoje eu vim aqui e já agradeço ao movimento “Vem Para a Rua”, que nos deu essa oportunidade de estarmos aqui hoje. Quero dizer que nós também estamos apoiando esse movimento. Alguns acadêmicos estiveram presentes nas mobilizações dentro do nosso Estado. No entanto, acredito que todos os Deputados aqui presentes já têm conhecimento da nossa pauta, pois não é a primeira vez que eu estou vindo aqui. Ano passado, nós não tínhamos nem DCE, mas este ano, com muito esforço, conseguimos a eleição para o DCE e hoje estamos aqui mais uma vez. Ano passado tivemos uma Audiência Pública em favor da UERR e agora eu pergunto: Algo mudou? Até hoje nada mudou. Eu não vi melhoria alguma dentro da nossa instituição, pelo contrário, as coisas só têm piorado. Agora, Senhores Deputados, demais presentes, imaginem a nossa situação na Universidade Estadual de Roraima: aqui na capital já é difícil, imaginem a situação dos acadêmicos do interior. A UERR, é multi campi e se encontra em mais de cinco municípios do nosso Estado sem contar os pólos. É uma boa saída? É. No entanto, nós queremos é uma educação com qualidade, uma educação sem improvisado como bem disse o Professor Ornildo: educação é coisa séria, educação não se improvisa. Infelizmente, o governo não tem tratado a educação dessa forma. Os nossos governantes não têm visto a educação dessa forma, porque eles não têm investido nela. Não há investimentos na educação básica, não há investimentos na educação superior, então como

se pode ter um ensino de qualidade dessa forma? Na UERR falta de tudo, por mais incrível que pareça. Vou citar um exemplo, o pessoal de educação física não tem bola para fazer aula prática. Isso é um absurdo, porque não há investimentos. As condições continuam péssimas. Essa greve teve o ponto positivo para o corpo docente, não para o corpo discente. Eu estou aqui representando os acadêmicos da UERR. Os professores foram beneficiados, pois eles ganham uma miséria, ganham bem menos que o professor da rede básica. Tudo bem, mas nós queremos que haja investimentos. Hoje eu vim aqui em apoio ao pessoal do movimento “Vem Para a Rua”, todos os Deputados e, principalmente, esses dias, foram 16 dias de greve. A UERR ficou bem visada na mídia, a situação da nossa universidade foi bem divulgada. Eu tenho certeza que vocês querem uma universidade pública de qualidade para vocês. O filho do agricultor, do pescador, precisa ter um ensino público de qualidade também, uma universidade pública de qualidade. Desejo que haja investimento por parte do governo, já que a universidade é estadual. Porém isso não ocorre. Há um retrocesso na Universidade. Não temos eleição para muitos cargos lá dentro, apenas indicação. O que é isso? Onde nós estamos? Cadê os nossos direitos? Cadê os direitos estudantis? Eu encaminhei um documento para esta Casa e ainda vai ser levado para a Comissão de Educação. Isso chega a ser um desrespeito para com a comunidade acadêmica. Há um ano estamos vindo aqui, reunimos com Deputados e nada é feito. Falar da Universidade Estadual hoje está sendo muito difícil, pois nenhuma ação é feita. Há campus de nossa universidade em que não há bebedouro. Em Pacaraima, a UERR não tem nem prédio, funciona em uma escola pública. Que absurdo! Mas, infelizmente a nossa situação está desta forma. Era o que eu tinha a dizer. Muito obrigado!

O Senhor Representante do Movimento “Vem Para a Rua” (Caio Correia) – Primeiramente, queria agradecer a oportunidade e desejar bom dia a todos, bem como, cumprimentar a Mesa, na pessoa do Presidente Chico Guerra. Vejam, olhando no placar a gente percebe a intenção desta Casa em escutar a população. Dêem uma olhada, estão 13 presentes e onze ausentes. É uma falta de respeito com a população!. Quando eu faltar o meu trabalho é descontado do meu salário e até se eu faltar mais de 24 dias, é descontado das minhas férias, eu não terei mais direito a férias. Eu acho que isso aqui é uma falta de respeito, não só com o movimento “Pró Roraima”, mas com o movimento de CPI das Terras. Isso precisa ser discutido nesta Casa. Outro ponto que eu queria ressaltar aqui, antes de colocar a minha fala: eu queria saber qual é o compromisso desta Casa com a sociedade? Nós temos a CPI das Terras aqui para ser assinada pelos Deputados e fica uma briga de dizer que é a oposição contra a situação e estão se esquecendo dos pequenos produtores do nosso Estado. Eu quero saber se a situação, se a bancada governista tem mesmo compromisso com a população, sendo os 24 Deputados assinando essa CPI. Esclarecido esse ponto, queria, gente, em apoio a vocês, dizer que o movimento “Vem Para a Rua”, apoia o pequeno agricultor, a agricultura familiar. Somos contra o latifúndio. Somos contra os grandes proprietários. Queremos a agricultura familiar, Senhores Deputados, pois se nosso Estado não desenvolve é por falta de apoio à agricultura familiar. Queria agradecer a oportunidade que esta Casa tem dado a este movimento. Agradecer ao Deputado Chico Guerra que confiou nas nossas ações. Confesso para vocês, Deputado, que, infelizmente, para vocês, essa não foi uma boa ideia. O Movimento “Vem Para a Rua”, não veio aqui para ser instrumento da oposição, muito menos laiaio do Governo. Peço que vocês se despojem dos seus acordos de bastidores, que se livrem dos Ps que carregam e possam representar o povo deste Estado. Aqui nós não queremos saber dos seus interesses particulares, respeitem cada um dos votos que os senhores receberam nas eleições, pois esses votos lhe legitimaram a estarem aqui. Peço, com a mesma intensidade, que respeitem a cada um dos votos que demos aos senhores, porque, graças a esse modelo político e falido de coligações e de coeficiente eleitoral, se cada de nós votou em um Deputado Estadual, conseqüentemente, nós entregamos responsabilidades nas mãos dos senhores. Peço que parem pela disputa do poder e comecem a lutar de verdade pelo povo. Sei que os senhores, no fundo, são pessoas como nós, que choram, que lutam, que travaram sua luta na infância. Alguns experimentaram até a fome e que lutaram até hoje e por isso estão aqui. Mas, preciso vos falar que em algum momento desta caminhada, os senhores se esqueceram de isso tudo, de onde vieram e pelo o que lutaram. Vejo aqui, simplesmente, homens e mulheres jogando todo esse passado de luta no lixo, sem falar que quando cada um de nós depositamos a confiança nos senhores, foi acreditando que os senhores poderiam mudar a nossa realidade, mas vemos aqui somente a disputa pelo dinheiro e poder. Isso tem corrompido muitos os senhores, que ficam aqui se digladiando e pouco se importam com que a gente pensa, com o que a população quer. Queria muito acreditar que as ações da bancada de oposição aqui, fossem realmente em prol da sociedade, e não para se promover. Eu queria também acreditar, senhores, que por algum deslize, a bancada da situação pudesse se

voltar a seu interior passassem a ter compromisso com o povo e parassem de proteger um governo que tanto tem massacrado o nosso Estado. Queridos Deputados, sabem os jovens infratores? Sabem a violência juvenil? Sabem as oportunidades que esses jovens não tiveram? Pois é, essa é uma conta que os senhores vão ter que pagar um dia, pois cada jovem que rouba, que mata, que violenta, é fruto da incompetência desta Casa, ou os senhores acham que estão aqui para quê? Para brigar por Secretaria ou por poder, para quem vai ser o próximo Governador? Vocês estão aqui para brigar por qualidade de ensino, qualidade de saúde e pela segurança deste Estado. Esclarecido esse primeiro ponto, quero dizer, também, que eu confio nas pessoas que aqui estão, nos Deputados que aqui estão. Tenho certeza que estão esquecendo isso, dizer que precisamos que vocês olhem pela gente, e saber que daqui por diante seremos bem representados pelos Deputados que aqui estão, caso contrário... 2014 se próxima. Passaremos então para a pauta dos problemas da educação que eu vim aqui falar. Foi dado para a gente um prazo de quinze dias para a gente se preparar para esta Audiência e durante dez dias eu percorri algumas escolas. Eu não tenho verba parlamentar, não tenho verba indenizatória, não tenho assessores, e confesso que nesses dez dias, o resultado que tive em minhas andanças me deixou bastante triste. Muito se reclama do desenvolvimento deste Estado, mas poucos se preocupam em como fazer esse desenvolvimento e eu acredito que estão esquecendo que a peça fundamental para resolver tudo isso, chama-se educação e esse governo tem abandonado a nossa educação. Se vocês acessarem qualquer dado do MEC ou do INEP, perceberão que hoje o aluno do Estado de Roraima é o mais caro do Brasil. Senhores, estamos falando de um montante de R\$ 4.395,26 por aluno. Sabem quanto custa um aluno que estuda nas melhores escolas particulares, com melhores pontuações no ENEM? Ele custa algo em torno de R\$ 3.600. Estou falando das melhores escolas particulares do País. Se olharmos o índice de lotação das salas e aí é algo que a Secretaria tem se apogado muito, que é o índice de gente dentro de sala de aula, que é o menor do País. Se você olhar para uma sala de aula no interior onde tem 4, 5 alunos, essa média é jogada para baixo por causa disso, e eu como contador tenho que alertar isso, pois fazem maquiagem das informações, as salas estão sim superlotadas. E qual é a causa de uma escola no interior não ter aluno? A dificuldade no acesso. Estamos aqui com produtores rurais e eles sabem do que estou falando. O filho do colono não tem educação porque falta incentivo, falta transporte escolar, falta manutenção nas salas de aula. Em relação a isso, mês passado, tivemos uma denúncia aqui que as empresas que fazem transporte escolar vão suspender as suas ações por falta de pagamento do governo. O engraçado é que para os terceirizados esse pagamento nunca atrasa. E por falar em curral eleitoral, desculpem, empresas terceirizadas, é porque aqui em Roraima já aconteceu isso, empresa terceirizada é sinônimo de curral eleitoral. Queremos aqui tratar dessa mazela que também acontece na educação ou vocês acham que terceirização de funcionários na educação é por que querem mesmo que a educação melhore? Quero deixar bem claro que o movimento “Vem Para a Rua” em Roraima apoia cada trabalhador de empresa terceirizada porque ali tem um pai de família que precisa daquele dinheiro, que precisa sustentar a sua família, mas ele não apoia a forma vergonhosa que essas empresas têm atuado em nosso Estado. Temos notícias de 2012, de pessoas sendo coagidas dentro dessas empresas a votarem em certos parlamentares que hoje são vereadores pelo simples fato de que se não votarem seriam coagidos. É claro que eles não fazem um perfil dessa organização que quer o povo passando fome, porque assim é mais fácil de controlar.

Professor Ornildo, na sua fala o Senhor falou como o Estado quer que melhore a educação dessa forma? Professor, não se iluda, o Estado não quer que melhore a educação. O Estado quer que o povo seja laiaio dele, porque se quisesse mesmo dar uma boa educação, com certeza, R\$ 4.395,23 daria para dar uma educação de qualidade. Quando eu estava preparando o meu discurso em casa, tenho minha esposa que está grávida e fui contando para ela algumas coisas que nós fomos descobrindo com relação à educação. Ela virou para mim e disse: “Poxa, amor você descobriu o Brasil?”. Eu disse que achava que sim, porque a Assembleia Legislativa ainda não conseguiu identificar todas essas mazelas. Vou lá e serei um revolucionário.

Venho aqui, pedir essas mudanças no nosso sistema educacional e, ao contrário do que todos pensam, muita gente tentou desmoralizar esse movimento. Tentaram transformar esse movimento em nada, sistema de som que não funciona, vídeos que não passam, manipulação da mídia. Aconteceu no nosso movimento, desmobilização de um certo ser da mídia local dizendo que não iria ter manifestação, enquanto muita gente estava reunida nas ruas. Então, a vontade política para que estejamos aqui, para debater os nossos direitos não há nenhuma, e é por isso que hoje o movimento “Vem para a Rua” veio trazer demandas propositivas e positivas para esta Casa, porque nós confiamos que os

Senhores ainda podem nos representar. É por isso que nós vamos trazer isso. Alguns dos problemas que identificamos foi o seguinte: Excesso de professores seletivados. E, a nossa pergunta é se esses professores são qualificados. Eu acredito que até são, mas o problema é a insegurança. Como o professor terá autonomia de ter um plano de educação? Muita gente se engana, acha que educação é para ser dada hoje. Não, educação é a longo prazo. Nós, precisamos ter investimentos a longo prazo para 10, 15 anos. Eu demorei 15 anos para me formar e ainda estou estudando, porque educação é um processo contínuo. E professores seletivados é uma afronta a esse processo contínuo.

Nós recebemos reclamação de todos os lados. Há escolas em que as centrais de ar não funcionam, 13 escolas me reclamaram isso. Eu queria ver se um dos filhos dos senhores estudassem nessas escolas se esse problema não estaria resolvido.

Com relação à merenda escolar, em 2012 o MPF ingressou com uma ação contra o Governo de Roraima por irregularidades na alimentação. A pergunta é, cadê os 2.3 milhões do Programa Nacional de Alimentação Escolar?

Nós constatamos falta de material escolar em 16 escolas; laboratório de informática desativado em 7 escolas; espaço utilizados pela UNIVIR em 14 escolas; necessidade de reformas urgentes em 14 escolas; reformas licitadas e não iniciadas; além de reformas com valores exorbitantes. Cito aqui, a reforma da Escola Hildebrando, no bairro dos Estados, que custou 4 milhões de reais, onde chove mais dentro do que fora.

Eu quero, nesse último ponto, trazer uma realidade que acho que vocês não conhecem, porque se conhecessem, já teriam lutado contra isso. 8 diretores de escolas já solicitaram presença de policiamento ostensivo dentro da escola. Isso é uma vergonha, polícia Militar dentro de escola! O Plano Educacional está errado neste Estado, nós precisamos rever o nosso conceito de educação. Onde que o Diretor vai solicitar policiamento dentro de escola? É por isso que o movimento vem trazer 8 indicativos para esta Assembleia, para que possa ser tratado. Primeiro, indicar que a Comissão de Educação possa fazer diligência com o intuito de mapear as mazelas da educação, fiscalizando, assim, a aplicação de recursos. Aqui deixo essa deixa para o Presidente da Comissão de Educação, Deputado Joaquim Ruiz, para que a Comissão possa sair da Assembleia, sei que seus esforços são grandes nesse sentido, mas que possamos sentir que a Comissão de Saúde e Educação esteja do nosso lado.

Outro ponto importante, mas eu acho que não vai ser votado aqui dentro, porque envolve muitos interesses, que é a criação da CPI da Educação, para apurar os contratos abusivos de reformas de colégios. Investigar os contratos de fornecimento de materiais escolares. Quem não ouviu falar da nota cheia? Investigar a fundo o que vem acontecendo nos contratos terceirizados de mão de obra, e principalmente quem são os verdadeiros donos dessas empresas e responsabilizá-los. Não esquecendo o mérito da merenda escolar.

O quarto ponto, é apoiar o comando de greve da UERR, em todas as reivindicações, principalmente no que tange às eleições diretas para Reitor, construindo uma agenda direta a fim de atender à demanda daquela instituição.

Elaborar um novo plano pedagógico para a educação em nosso Estado, inserindo instituições de direito na grade curricular obrigatória. É muito bom dar educação, mas não ensina quais são seus direitos!

Eleições diretas para Diretores. Precisamos disso para termos independência gestora nas nossas escolas. Concorro para professores efetivos e unificação da UNIVIR com a UERR. Temos duas Universidades. Vamos ter uma só! É menos gasto! Não é mais simples?

Finalizando, peço aos Senhores que quando forem usar a tribuna desta casa se dispam de toda vaidade, e aceitem tais críticas como a crítica de um movimento que quer mudar a situação e precisa do apoio dos senhores para que a situação possa ser mudada, pois, se os Senhores não começarem a se importar, vamos demiti-los em 2014. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (Chico Guerra). – Iremos ouvir a doutora Ivanize, neste momento, representando o Reitor da Universidade Estadual.

A Senhora Ivanize (Representante da UERR) – Vou dividir a minha fala em duas partes: uma enquanto representante da Universidade Estadual, neste momento representando o Reitor, e outra como professora da instituição.

Na condição de representante da reitoria, a Universidade Estadual de Roraima está presente em vários municípios do Interior, como uma forma de levar o ensino superior a essas comunidades mais distantes, porque sabemos que o ensino superior é uma forma de trazer qualidade de vida e melhoria para a população. Uma população sem educação e sem cultura é uma nação sem identidade. Infelizmente, no Brasil, 85% dos

estudantes estão em 15% das universidades particulares do país, é apenas 15% nas instituições públicas, e nesses 15% das instituições públicas é gerado mais de 80% de pesquisa, que vai melhorar a qualidade de vida de uma população. Roraima tem apenas 2 instituições públicas: uma federal e uma estadual. E a única que chega até o interior, onde nós temos agricultores, nós temos ribeirinhos, indígenas é a Universidade Estadual de Roraima. Para que uma população tenha certeza e direcionamento, nós precisamos investir em educação, mas é preciso que esta educação seja de qualidade, e para que isso ocorra é necessário investimento, sem investimento você não consegue ter laboratórios, prédios e não consegue fazer com que os nossos alunos possam produzir materiais voltados para a qualidade de vida da população. Roraima é o Estado com a menor população do Brasil, é o Estado onde tem tudo para dá certo, mas, infelizmente, e eu peço desculpa à casa, a politicagem acaba atrapalhando os caminhos. Há uma diferença entre politicagem e política, política, na sua palavra, é algo muito bonito, o problema é quando a gente vai para a politicagem. Enquanto professora desta instituição, vocês estão em um Estado privilegiado, vamos olhar um pouco para este Estado. A agricultura é algo que tem muito ainda a dá retorno para o Estado. É uma forma de desenvolver essas pessoas, para que elas tenham qualidade de vida. Nós temos um Estado onde mais de 50% da população depende de algum programa social. De que forma você vai desenvolver essa sociedade se todos dependem de um assistencialismo dos Governos Federal ou Estadual? Nós precisamos criar a independência dessas pessoas, porque o acesso à educação torna as pessoas mais críticas. Eu tive uma disciplina de direito no meu ensino médio, a gente não precisa apenas conhecer os nossos direitos, mas também dos nossos deveres. Precisamos cobrar e também sermos cobrados. Enquanto Universidade que está no interior, ela tem condições sim de ajudar essa população, de dá acesso à educação e de melhorar a qualidade de vida, mas para isso precisamos ter acesso a recursos financeiros. Muito obrigada!

O Senhor Presidente da Comissão de Educação, Deputado Joaquim Ruiz – Escutei atentamente a palestra dos jovens protestando sobre a situação da saúde, da educação e da segurança. Com certeza, existe no nosso país um aparato de fiscalização, dos órgãos federais, estaduais e municipais. O futuro de vocês vai ser diferente do nosso presente e do passado dos nossos pais. Eu vi a eloquência quando o jovem colocou a questão da educação, colocou sobre o PNAI. Fui Prefeito do interior, eu peguei processo porque eu não sabia que o transporte escolar da Prefeitura, que atendia às crianças pela parte da manhã e da tarde, eu não sabia que não poderia usar pela parte da noite para pagar os professores da rede pública dentro de um projeto que eu fiz, para vir fazer um curso superior aqui, porque nós não tínhamos faculdade naquela época no interior, e foi o órgão de fiscalização. Sei o que eu passei, porque tinha que devolver o recurso, porque eu não poderia usar aquelas duas Kombis para qualificar os professores. É a legislação brasileira! E o que eu estava fazendo? Estava dando apoio aos professores, muitos da rede Estadual, para melhorar a qualidade de ensino dos filhos dos agricultores que moravam no Município de Iracema, e fui penalizado! Dizer que a Comissão de Educação está longe da nossa realidade não é verdade! Aqui está um dos representantes do sindicato, aprovamos, se não foi o melhor, com certeza não é, se não foi tudo que os profissionais da área da educação queriam, mas foi aquilo que foi possível aprovar dentro da realidade orçamentária do nosso Estado, em uma discussão que demorou 8 meses para aprovar o Plano de Cargos e Salário da Secretaria de Educação. Isso faz com que melhore os índices do nosso Estado. Conseguimos aprovar aqui na Assembleia a lei que reconhece os professores que foram fazer cursos de mestrado fora do Estado, na Argentina, Paraguai, Espanha, Portugal e Espanha, pago com seus recursos, e o Estado não reconhecia. Está aqui um representante dos professores, que sabe o quanto a Comissão de Educação desta Casa lutou para que o Estado reconhecesse que isso vai melhorar no resultado do nosso ensino, que vamos passar a ter mestres e doutores em sala de aula da nossa rede pública. O que nós mais precisamos é preparar essa garotada do ensino médio para chegar ao ensino superior com qualidade. Vocês estão vendo a maioria das autoridades que compõem os órgãos federais...e eu estava conversando com um representante federal e falava da qualidade dos órgãos federais fiscalizadores, isso porque o Governo investiu na qualificação e em tecnologia, e aí ficou essa disparidade da fiscalização e dos fiscalizados. É a mesma diferença nas nossas escolas. Eu sou contra o ENEM. Aqui tem gente do Rio Grande do Sul, Paraná...o ENEM foi criado para resolver o problema ... Eu defenderia o ENEM se fosse regionalizado! Peguem os alunos da faculdade de medicina do nosso Estado e vejam quanto alunos da rede pública tem? O ENEM está sendo feito para manter a elite brasileira, para que ele não vá para as ruas questionar vagas nas faculdades públicas federais. Nós, os colonizados, continuamos

batendo palmas dizendo que esse é um projeto para beneficiar os estudantes brasileiros. Se o Governo Federal regionalizasse o ENEM, porque os nossos alunos iriam competir com os alunos da região norte, e teriam mais gente daqui na Universidade Federal cursando Medicina, Engenharia, Arquitetura e Odontologia. Essa é a realidade! Eu não vejo os movimentos cobrarem isso do ENEM, que beneficia uma elite, porque a realidade de um agricultor da agricultura familiar de São Paulo é diferente da nossa. Então, a gente tem que colocar as coisas e ter coragem de dizer. O problema da CPI, eu não faço jogo para plateia, eu propus para os agricultores que estão aqui, que façam uma reunião com a Comissão da Assembleia, para que façamos um cadastro e chamemos o ITERAIMA, porque qualquer técnico que está nessa Mesa, sabe que uma Comissão demora de 6 a 8 meses, e vocês não vão ficar passando fome enquanto não resolverem o problema de vocês. Vocês não podem estar juntos com os problemas dos grandes, de quem pegou 20 mil hectares, 10 mil hectares. Isso o Ministério Público está tomando as providências e quem cometeu erros vai ser punido! O que nós precisamos é resolver o problema de vocês, e não ficar esperando um CPI por 8 meses, para depois resolver o problema de vocês. Vocês querem a CPI? Que se abra a CPI, é justo! Mas resolvam antes o problema de vocês!

O Plano de Cargos e Salários da UERR deu entrada hoje nesta Casa. Na negociação está uma representante da UERR, que está participando ativamente, negociando com o Governo do Estado, e com os Professores, vendo o que é possível colocar no orçamento deste ano e do próximo. Não se faz educação com o estalar de um dedo, não se faz uma nação em 3, 4 anos. Há 20 anos a Coréia era pior do que o Brasil. No dia que o Governo priorizou a educação, mudou a vida do povo coreano, hoje é uma potência mundial. O que nós precisamos, são políticas públicas nacionais para mudar a situação da saúde, educação e segurança pública. Vocês talvez não saibam, mas 68% de tudo que se arrecada no País fica no Governo Federal. É preciso mudar essa forma da retenção da maioria dos recursos do povo brasileiro concentrado em Brasília, temos que descentralizar... Órgãos para fiscalizar nós temos! O Brasil tem órgãos fiscalizadores tanto na área federal quanto na área estadual com extrema competência. Agora, a riqueza do Brasil tem que chegar nos colonizados, mas está concentrada nos colonizadores, nos Estados ricos que são: Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo. O Estado do Pará tem um dos piores índices de educação, e é o 5º estado exportador do Brasil, que exporta minério. A riqueza fica toda concentrada nas grandes empresas, como a ALCOA, Vale do Rio Doce. Eu estive vendo projetos em Monte Alegre, Almerim e Prainha. Nenhuma cidade do interior do Pará recebia energia, agora, Prainha vai receber, porque a Vale do Rio Doce está fazendo a subestação para pegar energia e vai acabar beneficiando o povo, mas não está fazendo porque é boazinha não! Está fazendo porque é interesse da indústria que está montando para exportar para o exterior. Exporta a nossa riqueza para gerar emprego fora. Essa é a realidade que o povo brasileiro tem que ter conhecimento. Quero aqui parabenizar todos os jovens que vieram aqui, porque eles é que vão nos substituir amanhã, e, com certeza, com mais competência do que a gente.

Quero dizer que a Comissão de Educação está presente e tentando resolver o problema da nossa Educação, tentando melhorar a qualidade do nosso ensino. É evidente que a gente não tem a caneta da liberação de recursos, mas nós temos o clamor do povo. Muito obrigado!

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Todos os Deputados da Comissão estão participando da audiência. Estão aqui os Deputados: Joaquim Ruiz, Aurelina e Gabriel Picanço. Quando terminar a Comissão, o Deputado Joaquim Ruiz vai se reunir com o pessoal do ITERAIMA e nós vamos fazer. Se o Deputado não vem, falam que não veio, e agora estão aí cuidando dos seus interesses. Passamos a Palavra ao doutor Gustavo Augusto, Procurador do Ministério Público Federal.

O Senhor Procurador do Ministério Público Federal (Gustavo Augusto) - Cumprimento primeiro o movimento “Vem para a Rua”, o Ministério Público Estadual, Sindicato de Terras de Roraima, UERR, Tribunal de Contas e o Presidente da Mesa, em nome de quem cumprimento os demais Deputados. Quero parabenizar quem promoveu o movimento de oitiva da população, o que é muito importante. Isso deve ser valorizado e agradecido, muito embora isso seja um dever nosso e dos Deputados. Essa é uma representação do que é ser funcionário público. Funcionário público é servir ao povo, e hoje nós estamos aqui para ouvir vocês, então, eu vou ser breve, porque a nossa reunião se faz em especial para que vocês se manifestem, para sabermos as reivindicações e para que depois sejam tomadas todas as providências. Vocês podem acreditar que eu tenho certeza que nenhuma das reivindicações vão passar em branco, sem nenhum posicionamento, mesmo sendo correto ou não determinada reivindicação.

Eu, atualmente, ocupo o cargo de Procurador Regional dos

Direitos do Cidadão, que tem um papel de representar a sociedade na busca de articulações de políticas públicas. Por isso fui o escolhido para participar dessa Audiência Pública. Eu manifesto em especial uma atuação conjunta com o Ministério Público Estadual. Sempre tem sido feito desta forma. Até o momento foi um prazer trabalhar em defesa da população de Roraima. O Promotor que se faz aqui presente no dia de hoje, também atua na área que eu atuo, que é a de ordem econômica do consumidor. Eu tenho certeza que nós vamos ter oportunidade de fazer bons trabalhos pela população.

Em relação à educação, eu acho muito importante essa manifestação, porque é um tema que prioritário dentro do Ministério Público Federal. Dentro dos objetos que nós temos de investigações, vocês podem ter certeza que a educação é uma questão prioritária. Eu convoco vocês, que levantaram o documento, levantaram problemas e que visitaram escolas, que tragam todas as situações relatadas até nosso conhecimento. Podem ter certeza que medidas serão tomadas, dentro do que a legislação nos traz como recurso, para buscar a melhoria dessa situação. Eu gostaria de fazer uma pontuação relacionada à merenda, que foi apontada uma ação civil pública do Ministério Público Federal e ainda nas duas últimas semanas eu estava trabalhando nessa ação, mas, infelizmente, a Justiça Federal indeferiu a liminar que foi solicitada e que se pretendia, em especial, a suspensão dos repasses diretamente às escolas, por inadequação da merenda aos parâmetros que a legislação federal exige. Pelo indeferimento, eu fiz um recurso à decisão, que tem que ir à Brasília para julgamento. Eu farei o acompanhamento e espero que seja breve, em especial de provimento do nosso recurso, para que seja alterada a situação da merenda, que, definitivamente, não pode continuar na situação que se encontra hoje. E, por fim, eu quero ressaltar o que o Ministério Público Federal pretende desenvolver, em conjunto com o Ministério Público Estadual, um projeto chamado MPDUCA, que significa Ministério Público para a Educação Básica. Nesse projeto, nós acompanharemos as escolas da educação básica no Estado, e será de âmbito nacional, mas de início só vai acontecer em 5 Estados, e eu fiz questão de que Roraima fosse um dos Estados, porque eu tenho consciência de que a nossa Educação Básica no Estado tem que melhorar bastante. Então, eu ressalto o comprometimento do Ministério Público Federal com a questão da Educação e deixo as portas abertas do Ministério Público para quem quiser levar ao nosso conhecimento, irregularidades, que, com certeza, serão tomadas medidas cabíveis. Muito obrigado!

O Senhor Promotor do Ministério Público Estadual (Ademir Teles) – Quero, inicialmente, cumprimentar à Mesa em nome do Presidente e agradecer o convite. Meu colega de Ministério Público Estadual, espero que nós possamos, conjuntamente, discutir esses grandes temas sociais para que possamos atuar na defesa da cidadania do povo de Roraima. Presidente da Ordem de Advogados, doutor Jorge da Silva Fraxe, que tem atuado bastante, nos colocamos à disposição. Ao movimento “Vem para a Rua”, um cumprimento especial, porque eu já preste a tirar o time de campo, nos idos de 1973 até 1980, eu corri muito de polícia, na época da ditadura militar. No interior de São Paulo o movimento era muito forte, e eu confesso a vocês que eu escrevi muito em muros “abaixo a ditadura” e nem sabia o que era ditadura. Eu participava do movimento, e nessa época era tudo centralizado na Igreja Católica, porque eram proibidas as reuniões públicas, daí os movimentos católicos serem muito fortes, na época, para combater a ditadura, que era algo muito ruim para todos nós. Eu achava que nunca mais iria ver o povo brasileiro se manifestando nas ruas em busca da defesa dos seus direitos, e quando eu vi esse movimento explodindo em nível de Brasil, eu pude participar em Boa Vista em uma das manifestações, e confesso que fiquei muito emocionado, porque a Constituição, logo no preâmbulo dela, tem uma frase que sempre foi ignorada pelo gestor público brasileiro. Lá está escrito que todo poder emana do povo, só que o povo estava dormindo, aí o poder ficava na mão de meia dúzia de pessoas, e meia dúzia fazia o que queria. Eu espero que os demais movimentos sociais não deixem de cobrar, não vamos dormir novamente. Nós precisamos cobrar o que é de direito nosso, com sabedoria, com ponderação, sem ofensa, mas precisamos cobrar, porque esse dinheiro da educação, da saúde é nosso. Ninguém está fazendo favor para ninguém aqui, são os tributos que nós pagamos. Então, nós precisamos exigir sim, uma prestação de qualidade. Eu sempre falava na Faculdade de Direito onde eu ministrei aula ao longo de 7 anos, que nós fizemos no Brasil uma coisa pernóstica conosco mesmos, transformamos o direito que nós temos em mercadoria. Por exemplo, eu tenho direito à Educação, está escrito na Constituição, mas o que eu faço eu boto na escola particular, transformo aquele direito em mercadoria. É mais fácil para todos! Porque eu pago e não venho exigir nada de ninguém, e o gestor público está pouco se lixando...idem com a saúde pública e com a segurança pública. Vejam o que acontece com as nossas casas! Hoje estamos pegando um direito que é segurança pública e transformando

em mercadoria. As nossas casas precisam ter muros altos, cercas elétricas, cachorros, câmeras e as vezes seguranças. Eu transformo direitos em mercadorias, porque eu não exijo o meu direito. Eu não exijo o direito de quem tem que me prestar esse serviço, que é o Estado, o Município, a União. No que tange à educação de Roraima... sempre relembro uma história, e aqui eu vou contar rapidamente, não é para me vangloriar ou denegrir quem quer que seja. Eu era Promotor de Justiça em Rorainópolis em 2004 e fiquei até o final de 2007. A escola José de Alencar, que fica no centro da cidade, estava caindo aos pedaços. Então, naquela época, eu fui à escola e tirei 76 fotografias daquela situação, encaminhei um relatório para o meu Procurador Geral da Justiça, doutor Edson Damas e para o então Governador do Estado Flamarion Portela, e disse que ali fixava um prazo de 60 dias para iniciar a reforma da escola, senão eu entrava com uma ação civil pública e ia pedir a suspensão da escola e milhares de estudantes iriam ficar sem aula. Quando encaminhei esse relatório para o doutor Edson Damas e para o então Governador do Estado. Em mais ou menos 40 dias, iniciaram as obras de reforma na escola, e a ela foi totalmente reformada. Não houve a necessidade de ajuizamento de ação e resolvermos o problema da escola José de Alencar. Eu estou contando isso por quê? Porque é necessário ter comprometimento não só do gestor, mas também do Ministério Público que estar no interior, que estar fazendo a cobrança para que isso aconteça, porque uma ação judicial, a gente sabe quando começa, mas não sabe quando termina. É necessário buscar o gestor, seja do Estado ou Município, para que nós possamos tomar providências, quando for necessário, e fazer isso acontecer de verdade, fazer isso ter um resultado prático e efetivo. No que tange especificamente à educação, quero deixar claro que não tenho atuação nessa área do Ministério Público. Nós temos a doutora Érica Miquete, que é Promotora de Justiça da Educação. Mas, quero fazer uma observação, não sei se aquela jovem presidente do DCE, no interior do Estado, a UERR, professora, acredito que tenha problemas, acredito que todas as manifestações devem ser reais, mas quero dizer para vocês que fiquei muito feliz quando se instalou a UERR, em São João da Baliza, São Luiz do Anauá e em Rorainópolis. Por que estou dizendo que fiquei contente? Porque a juventude de Caroebe, Baliza, São Luiz e Rorainópolis tinha algumas opções, se ela quisesse estudar: tinha que ir embora de lá, ou vir para a capital, ou ir a outro Estado, porque chegava ao término do ensino médio e não tinha nada a fazer. As outras opções eram casar, beber no boteco; não tinha opção de estudo. Mal ou bem, aí temos que tirar o chapéu para o Estado de Roraima, que instalou e levou a educação para o interior. Então, o que temos que fazer hoje com sabedoria, ponderação é fazer com que o Governo do Estado invista nos Campus, invista na qualidade do corpo docente, e, como disse o Deputado Joaquim Ruiz, precisamos ter mestres, doutores de qualidade para levar educação de qualidade para esse interior e fortalecer esses Campus, para não tirar o jovem do seio familiar. Podemos educar no interior, isso é uma coisa bastante positiva, porque, às vezes, a gente sempre ver o lado negativo, mas isso é um fato positivo. É necessário que isso não seja esquecido, só precisamos melhorar e que a educação chegue onde precisa chegar. E o movimento "Vem para a Rua", vou deixar uma sugestão em nível nacional. Aqui nós temos Deputado que já foi Governador, Deputado que já foi Prefeito, ou seja, já esteve à frente do Poder Executivo. Nós vivemos hoje uma utopia de administração pública no País, exatamente por conta da divisão do bolo tributário. Como disse o Deputado, dois terços do dinheiro ficam com o Governo Federal. O município, na Constituição Federal de 88, primeira federação do mundo em que o município passou a ser um ente federado, e no Brasil o nosso constituinte resolveu colocar por bem o município como ente federado. E o que fez o legislador? Encheu o município de obrigações. Beleza! Qual é a renda tributária do município? Se você pegar a própria Constituição Federal, você vai ver quais os tributos dos municípios, e os tributos dos municípios não conseguem por si só, bancar o Ônus que a própria Constituição Federal impôs aos municípios. O município vive na pendenga do tal FPM ou de emendas parlamentares, porque por si só ele não sobrevive, ele não dá conta de prestar os serviços. A situação dos Estados é um pouco melhor, mas também não é diferente. O Estado depende do FPM e depende de passar a caneca na emenda parlamentar. No entanto, o Estado tem uma série de encargos, de obrigações. Então, no movimento "Vem para a Rua", vamos questionar essa questão da Constituição Federal, vamos questionar a repartição do bolo. O Brasil é uma federação, e a União, por si só, detém mais poder, é próprio da federação, mas, nós não podemos deixar que todo o bolo tributário fique na mão de um só, para fazer o jogo político. É isso que acontece. Enquanto um fica com 68%, sobra 32% para dividir com os Estados e Municípios, com todos os encargos que se tem nos Estados e Municípios. Precisamos discutir isso numa amplitude maior, do que só numa amplitude local. Precisamos discutir a qualidade dos professores, da educação, mas precisamos discutir isso em nível federal, porque a União está lá e não abre mão de nada. A União senta em cima do dinheiro, a União é gulosa, é monstro devorador de recursos e pouco se lixa para onde nós estamos, sabe por quê? Se perguntar para qualquer cidadão aqui, aonde ele quer o bem-estar, ele não quer bem-estar na União, ele quer bem-estar onde

mora, onde vive, e onde mora e vive não tem dinheiro suficiente, não é repassado esse dinheiro que deveria ser repassado. É necessário se rediscutir isso para valorizar muito mais a questão monetária dos municípios e dos Estados, aí sim, fazer uma cobrança efetivamente grande dos municípios e dos Estados. Não estou dizendo que não se deva cobrar agora; tem que se cobrar saúde, educação, segurança pública. Na minha promotória, vou conversar com meu amigo do MPE, já estamos planejando para discutir em 2014 política de habitação, mas não é para a época da campanha eleitoral, é política de habitação que venha existir de direito e de forma constante, porque não temos política de habitação no Estado e nem no município. Já recebi no meu gabinete, pessoas de diversos movimentos sociais ligadas à habitação, e quando vamos nos aproximando desse movimento percebemos que não temos política de habitação instaurada no município. Então, parabéns ao movimento, parabéns a esta Casa. Espero que vocês jovens tenham a ponderação de colocar, cobrar, façam suas cobranças com a ponderação necessária, com respeito, e que nós possamos, em conjunto, melhorar o Brasil. Parabéns a todos vocês.

O Senhor Presidente da OAB (Jorge Fraxe) – Bom dia, quero cumprimentar à Mesa na pessoa do Deputado Chico Guerra, Presidente da Casa, no qual cumprimento todos os presentes, as autoridades e Deputados presentes nesta Audiência Pública. Cumprimentar todos os participantes, na pessoa dos representantes do movimento, e trazer o compromisso de ter a Ordem aberta aos movimentos sociais, aberta à discussão, aberta àquilo que é melhor para construirmos. Eu acredito e tive toda uma formação, com exceção da Universidade, que fiz fora, tive toda uma formação no ensino público: Escola São José, e o meu 2º Grau foi feito no Gonçalves Dias. Tinha uma estrutura de ensino muito boa no ex-território. É certo que temos uma série de problemas, uma migração grande para Roraima e essa cota de investimento da União é uma cota que fica quase sempre insuficiente, seja em saúde, educação, mas é certo também que temos uma má gestão. Com certeza absoluta, esses recursos não estão bem investidos. Os motivos são objetos de investigação, questionamentos pelos senhores diariamente. Eu acredito, assim como o doutor Ademir, temos que ter um posicionamento sereno nessas questões. Esse ímpio da juventude é muito bom, mas ele tem que estar moderado na hora da construção das políticas públicas. Eu penso que essa formação de política não se pode imaginar apenas a formação superior, tem que se trabalhar com a educação de forma sistêmica. Aquilo que se repassa para Roraima é suficiente para o investimento. Essa avaliação de quatro mil reais é uma avaliação linear. Isso eu vi no TRE. Quando fazia biometria em búzios era no valor de três mil reais. Nós temos lugares em Roraima em que para transportar, são vinte e poucos quilômetros e tem momento que só vai de avião. Imagine fazer uma biometria dessa! Mas isso não quer dizer que os valores que vêm são insuficientes. É certo que tem má gestão, assim é na saúde, mas como estamos tratando de educação, o apoio que a ordem tem é de deixar suas portas abertas. Assim foi o compromisso de quando fizemos campanha para chegar à Ordem. Essa proteção, essa prerrogativa dos advogados, mais certeza que teríamos a proximidade como estamos efetivamente fazendo com os anseios sociais. Não dá para falar de uma classe, como é a classe dos advogados, sem que vá buscar nesse segmento da sociedade, esses seus reclames. Tem um ponto que eu quero colocar sobre a questão da CPI. Eu vi as colocações, vamos ter a CPI, vamos assinar a CPI. Os senhores sabem que há uma investigação no âmbito de Polícia Federal já bastante adiantada, sobre a questão das terras. Será que o trabalho da CPI vai ter que buscar técnicos, quanto tempo vai durar? Vamos imaginar que comece agora a CPI. Quanto tempo se levará ainda para se discutir esta questão de regularização de área, sobre posição de georreferenciamento, quanto já se tem esse material em nível de análise na Polícia Federal, há muito tempo? Então, o que precisamos fazer, como comissão, como Ordem? Buscar essa investigação, fomentá-la e que aconteça o mais rápido possível. Tenho certeza que o interesse de todos, o georreferenciamento do Estado está correto, e que essas terras permaneçam com quem efetivamente seja dono dela. Não se pode imaginar, alguém que viva em São Paulo que tenha 20 mil hectares de terra em Roraima sem nunca ter vindo aqui. Algum problema existe. Ninguém compra 20 mil hectares sem ver a terra, sem analisá-la, é muito caro. São sobre esses problemas que a Polícia Federal tem informações, tem documentos, já estar debruçada nessa análise e, provavelmente, os responsáveis terão suas imputações legais. Não sei se é interessante criar uma CPI. Teremos o que? O foco político disso, quando temos aí uma atuação que efetivamente vai cobrar. Depois da CPI, esse material é encaminhado ao Ministério Público, seja Estadual ou Federal, e esse material ele vai em seguida à Polícia Judiciária do Estado ou União para se buscar mais elementos na formação de

culpas. Nós já nos transportamos desse ponto, estamos com esse material analisado há algum tempo no âmbito da Polícia Federal. É claro que isso invalida a proximidade da CPI, mas não sei se é interessante com o que já tem lá. É uma reflexão que se faz, agora, o que não se pode deixar, e nem perder de vista, é uma análise verdadeira daquilo que se tem como georreferenciamento no Estado, essas transferências de terras da União. Temos atualmente no ITERAIMA, uma pessoa que goza de grande respeitabilidade na sociedade roraimense. Esperamos que essas respostas que os órgãos investigadores procuram se tenha hoje nesse órgão, que é o ITERAIMA. Não só o ITERAIMA, como a questão ambiental, a cargo da FEMAH. Então, são essas formatações em nível de terras que eu queria colocar.

Mas, voltando à educação, é interessante que se tenha essa discussão de um plano de educação. Que se tenha uma administração sistêmica quanto aos prédios. A gente conhece algumas escolas, conhece filhos das pessoas que vão às escolas, e eles têm reclamado de maneira muito forte com a qualidade do ensino, ambiente. Eu achei que essa questão da merenda escolar, a gente já estaria trilhando num caminho de melhor qualidade, mas parece que está pior ainda. Há pouco tempo a OAB tem assento no Conselho, alguém que toma conta exatamente da merenda escolar. A minha recomendação à Doutora Daiara, que é filha da professora Joyce, foi com o maior rigor possível, aliás vou estar com ela para saber o que se tem de informação, àquilo que a Ordem possa fazer no sentido de buscar essa melhor qualidade da merenda escolar. Quero deixar aqui o compromisso da Ordem: as portas da Ordem estão abertas para os movimentos e acredito no empenho da Assembleia em discutir essas questões. O Deputado Flamarion tem discutido uma série de assuntos, assim como o Deputado Sampaio. O Presidente da Casa tem aberto a Casa para várias discussões, e são essas discussões que vão fazer o senso crítico. O que é mais importante é esse senso crítico, essa avaliação do momento de voltar. Já temos eleições se avizinando. Façam um histórico desse seu representante. Agora, busque essa formatação da melhor gestão, do melhor plano da gestão educacional, pois essa busca é todo dia. Ela não pode ser numa voz estridente; ela tem que ser numa voz serena, numa voz de razão. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Antes de abrir a palavra aos Senhores Deputados, vamos começar pelas perguntas dos bilhetinhos.

Para o Promotor Gustavo: o que é mais difícil, governar um Estado com 15 municípios, ou julgar processos que nunca vão para a frente?

O Senhor Procurador Geral da União (Gustavo Augusto Freitas de Lima) – Em relação à essa questão da demora dos processos, realmente é algo que faz com que nós tomemos posturas, como o doutor Ademir falou, na ideia mais proativa do Ministério Público, que independa do Judiciário. Muitas vezes, não por culpa do Judiciário, mas devido uma sobrecarga que realmente dificulta o acesso. Inclusive, com relação a esse projeto do Ministério Público para a educação. A ideia é que todas as medidas sejam extrajudiciais, ou seja, diretamente o Ministério Público indo às prefeituras para que sejam tomadas as medidas para a melhoria na educação básica. A ideia, principalmente do Procurador-Geral dos Direitos do Cidadão, que é o cargo que eu ocupo, a nossa articulação sempre tenta passar pelo contato, pela boa convivência com os poderes instituídos, para que juntos tomemos posições no sentido da melhoria efetiva do serviço público e sociais prestados à sociedade.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Ao presidente da Assembleia, Deputado Chico Guerra.

O que a Assembleia em si pode fazer em relação às condições de trabalho da UERR?

Sempre que chega proposta encaminhada pelo Estado, da UERR, os Deputados têm dado a maior celeridade possível para que a UERR possa funcionar na sua plenitude.

O que está sendo feito diante dos últimos movimentos? “O que está sendo feito é exatamente o que está sendo feito aqui, abrir a Assembleia para que as pessoas possam vir aqui e discutir seus problemas”.

Até quando essa falta de respeito com o cidadão? “Assembleia tem feito a sua parte, com certeza”.

Abro a palavra aos Senhores Deputados.

A Senhora Deputada Aurelina Medeiros – Senhor Presidente, boa tarde a todos. Como tenho mania de falar muito, às vezes, a gente até deixa de falar sobre determinadas situações.

Queria dizer que a Assembleia sempre foi aberta, é obrigação nossa, e respeitamos bastante todos que vêm aqui reivindicar, conversar ou solicitar. O que a Assembleia está fazendo hoje, tem feito sempre. Às vezes eu fico escutando as coisas e anoto um monte de coisas e começo

a me perguntar, lembrando o que se iniciou, a reivindicação dos movimentos sociais. O que efetivamente os movimentos sociais buscam? Uma educação de qualidade? Isso é um sonho de todos. É o ar condicionado da escola que não está funcionando? É o problema para se ter uma educação de qualidade? Aí eu queria dizer que talvez os movimentos não saibam que, quando chegou neste Estado um monte de aparelhos de ar condicionado para as escolas, foi fruto de um programa do Governo Federal que colocou ar condicionado em escolas que daqui a 10 anos não vai ter energia; em escolas que o Estado não tinha preparado com subestações que pudessem receber uma carga de energia elétrica. É fruto dos quase 70% dos recursos na mão do Governo Federal que não sabe o que fazer com ele, que não chega até o Estado. Eu fiquei pensando quando ouvi aqui: “tem que punir os políticos”. A gente só escuta os movimentos punir os políticos. Não tem ninguém mais fiscalizado neste País do que um político. Se um político de férias falar: “vou passar 15 dias no Rio de Janeiro”, a mídia sabe e fala mal. Se for do Executivo, do judiciário, ou da iniciativa privada, ninguém fala.

Temos uma lei onde o nosso erro nos tira o direito político no julgamento de primeira instância, mas dos outros poderes a Constituição é obedecida. Alguém só pode ser punido com processo transitado e julgado, mesmo tendo roubado. Mas o grito e a cobrança se fala apenas dos políticos.

Queria parabenizar um jovem que falou que está visitando as escolas. Parabéns, querido! Eu queria que as pessoas dos movimentos sociais acompanhassem, também, o orçamento deste Estado. Como é que a gente vive aqui dependendo de 70% do Fundo de Participação dos Estados, e quando chega dia 20, chega aqui 09 milhões de reais para repassar 31 para os Poderes e ninguém quer saber de onde vem?

Eu queria que se colocassem no lugar da Assembleia. Quando chega aqui um orçamento do Estado para o ano que vem, e quando a gente retira o orçamento dos Poderes, os 25% da educação, os 12% da saúde, os 5% da segurança, o pagamento da folha pessoal, as transferências aos municípios, os pagamentos devidos por lei, sobra 2% para investir neste Estado.

Um dia desse eu estava na Secretaria de Saúde, quando chegou uma ação judicial para o Secretário prover um medicamento em 24 horas e a Lei de Responsabilidade fiscal diz que uma licitação leva 45 dias para ser feita, e diz que se o cara comprar sem licitação, é preso. Nós temos as leis da contradição e, às vezes, eu me pego aqui, “temos uma ação civil pública para cobrar a construção de uma escola que eu não coloquei no orçamento, que eu não posso dizer de onde vai tirar o dinheiro para ser feita”. Eu vou desviar? Vou tirar de outra ação? Eu vou fazer como?

Então, tudo isso que eu estou dizendo é para que tenhamos consciência de que a gente vive num Estado que tem o maior número de professores por aluno: é um professor por 08 alunos. Temos aqui o professor mais bem pago no Brasil. Temos o maior custo por aluno neste Estado, num Estado que não produz nada, num Estado que produz 20% do que ele necessita para arcar com suas despesas. E aí, eu, como política, eu estou política, na verdade, eu sou funcionária pública há 35 anos, e posso me dar ao luxo de dizer que conheço cada palmo deste Estado. Conheço escolas, saúde, estrada, pontes, segurança que não tem, falta de merenda, falta de remédio. Como é que eu vou cobrar remédio do município que tem o FPM que não dar para pagar dois médicos para a saúde da família? É preciso que a gente tenha a consciência que este Estado, se não arranjar um jeito para produzir, no fim do ano, a gente não vai mais nem dizer que vivemos da economia do contracheque, porque não vai ter mais, porque não vai dar para pagar a folha.

Então, essa é a nossa preocupação e nós queremos os movimentos sociais, o Judiciário, o Executivo dentro desta Casa, para juntos buscarmos a saída para o Estado de Roraima, que hoje não pode ser só de discurso. Eu vim do nordeste e não quero voltar para lá, porque lá não tem mais onde morar. Eu quero um Estado bom e a responsabilidade é minha, é de cada um que está aqui, e de cada um que está aí do outro lado. Essa Casa não se furta a isso. O milagre da repartição do pão, é isso que eu convoco a todos para fazermos juntos com esta Casa. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Senhor Presidente, autoridades que compõem a Mesa. Meu bom dia aos demais parlamentares. Minhas senhoras e meus senhores que se encontram aqui, em especial aos membros da Associação do Passarão que aqui estão acampados. Quero cumprimentar, também, algumas lideranças, todos os movimentos. Movimentos legítimos que, de norte a sul, nas pequenas e grandes cidades, foram para rua fazer seus protestos. É um movimento que, até então não conseguiram identificar qual é a cor da bandeira. Um movimento espontâneo, muitas pessoas que não estão

satisfeitas com a forma que está sendo gerenciada a questão pública. Essa é a grande questão. Um transporte de qualidade nas grandes cidades, uma educação de qualidade. Esse era o anseio desses jovens, e vi muita a classe política. Como reagir, doutor Jorge, nesse primeiro momento? Como responder a esse jovem? Eu busquei também algumas respostas fazendo algumas perguntas e chegamos a seguinte conclusão: O Supremo Tribunal Federal condenando figurões da política, Deputados sendo presos, isso não tinha no passado. Temos que ter clareza para fazer um comparativo e ter o conhecimento do histórico do Brasil. O que tínhamos antes? Aqui em Roraima não é diferente. Há 15 anos você não via movimentos na cidade, movimento de sindicatos e lideranças comunitárias, porque a máquina pública freava muito, eram muitos servidores de cargos comissionados. Hoje temos algo em torno de 30 mil jovens nos bancos das faculdades, os servidores públicos, na grande maioria, efetivados, em busca dos seus direitos e não têm por que não irem para as ruas cobrar. Tenho percebido nesses 3 anos de mandato, que temos que aprender muito enquanto Parlamentar, receber essas demandas. Não podemos nos sentir ofendidos quando um grupo de trabalhadores vem a esta Casa, acampa, faz greve, vai para as redes sociais e protesta. Temos as nossas falhas e temos que dar a resposta à altura, corrigindo as nossas ações nesta Casa. Eu tenho sido bastante enfático cobrando desta Casa, ações positivas, não só com discursos, mas também tenho procurado construir normas. Lembro muito bem, Deputado Brito, quando Vossa Excelência apresentou nesta Casa o projeto de regionalização da merenda, ou seja, a nossa merenda escolar hoje é comprada em Santa Catarina, no Sul do País, congelada. Oferecemos a oportunidade de uma merenda de qualidade fortalecendo a economia local, mas não conseguimos aprovar. Eu tenho um projeto aqui, apresentado em 2011, uma indicação para o Governo do Estado construir um orçamento participativo. O orçamento do Estado é uma caixa preta, até as emendas parlamentares feitas por esta Casa não foram publicadas, não foram reconhecidas. Emenda de Deputado de oposição, não importa a nobreza da causa, a questão é de oposição e de situação. Nós temos aprovado aqui um orçamento que é uma cópia dos anos anteriores, na base do ctrlC, ctrlV, isso é fato. O Deputado Gabriel apresentou uma emenda neste ano na LDO, tentando diminuir essa margem que o Governo do Estado tem de lidar com excesso de arrecadação, abrir crédito suplementar. Temos um orçamento orçado em dois bilhões, quando chegamos no final do ano, está em 3 bilhões. Esse excesso de arrecadação o governo gasta por decreto, sem consultar esta Casa. A emenda do Deputado era para discutirmos aqui na Casa, qual a prioridade para esse excesso de arrecadação, mas não foi aprovada. Se fala muito em democratização, sem ouvir a população, os movimentos, mas precisamos não só ouvir, ouvir é fácil; precisamos de ações concretas, acompanharmos a fiscalização da aplicação dos recursos do Governo do Estado. Um aluno de Roraima custa quatro mil reais, é o aluno mais caro do Brasil, e nós temos uma educação que não é das melhores. Os avanços que tivemos eu atribuo ao professor Ornildo, ao Titonho, Josinaldo e tantos outros que já estão calejados de fazerem greve aqui na praça, buscando negociações através da comissão de saúde e educação. Foi graças a esses movimentos dos professores que houve um aumento significativo. Eu não vejo nenhuma ação concreta por parte do governo do Estado. Recentemente eu denunciei aqui que o Governo do Estado comprou onze milhões e seiscentos mil reais de livros, livros que não eram fornecidos pelo MEC, segundo a Secretaria de Educação. Não foi na gestão da Secretária Lenir, foi na gestão anterior. Esses livros custaram para Roraima 64 reais, cada. Eu achei caro os livros e comeci a pesquisar. Fui à Rondônia, Mato Grosso, Amazonas, os mesmo livros foram comprados por 27 reais. Essa distância Roraima/Rondônia não justifica um livro que custou 27 custar 64 reais. Acredito que a Secretária Lenir tem compromisso, eu só acho que ela está no Governo errado, não tem liberdade para trabalhar. As ingerências políticas que foram colocadas aqui, ocorrem também na educação. São fatos como esses que cabem a esta Casa. Somos o Poder mais próximo do povo e temos o dever maior, enquanto Poder, de fiscalizar. Nenhum Poder pode cassar o Governador, pode penalizar, propor atribuição do legislativo. Doutor Jorge Fraxe, vou discordar de Vossa Excelência, que a CPI seria um grande ganho, seria a contribuição desta Casa para apurar a questão das terras. Não impede que a Polícia Federal nem o Ministério Público faça o que têm que ser feito, mas nós, enquanto Parlamentares, temos o dever. O pilar mais essencial do Legislativo é fiscalizar. Cabe a esta Casa fiscalizar. Antes da Constituição de 34, já estava previsto no Regimento Interno do Senado, as CPI. Então, é algo que vem bem antes da Constituição de 88, como uma ferramenta

do legislativo. Hoje a Polícia Federal está nesse caso porque os destaques não foram feitos e até então passa a ser competência da Polícia Federal. Se os destaques tivessem sido feitos nas áreas de transferência, a Polícia Federal sequer teria competência para estar nesse caso. E aí, ficaria a cargo de quem? Foi nesse sentido que eu publiquei este artigo; pedi até que registrasse nos anais da Casa, como postura da Casa em lavar as mãos diante dessa questão das terras. Vamos continuar buscando a oitava assinatura. Caio, você está de parabéns, já houve avanço, temos que continuar lutando. Os Royalties do petróleo estavam engarrafados no Congresso há meses. Eu liguei a televisão às quatro horas da manhã e vi Senadores e Deputados trabalhando. Eu nunca tinha visto isso e foi graças aos movimentos “Vem para a Rua”, desses jovens do Brasil a fora, que tivemos um avanço significativo. Temos Deputados presos, os Royalties do petróleo destinados à educação, saúde, vários projetos tramitando no Congresso. Inclusive esta Casa sentiu a pressão popular e eu acredito que o Presidente tem se portado dessa forma, abrindo esta Casa. É ação concreta da força popular e espero que em 2014, até porque muitos Parlamentares não serão mais candidatos, a população possa colocar naquele painel os nomes do professor Ornildo, João da Agricultura, João Pescador, Chico da Saúde. Tem muito espaço para trazerem representantes para esta Casa, que traga no seu seio o sentimento de anseio e vontade de mudança. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhor Presidente, gostaria de solicitar a Vossa Excelência, o tema educação está tomando conta da nossa Sessão e eu acho importante discutirmos a saúde também. Ela está difícil e não podemos perder a oportunidade de ouvirmos a opinião sobre a saúde.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – Acatamos o Requerimento verbal do Deputado Flamarion Portela. Passamos a palavra ao doutor Wirlande da Luz, Presidente do Conselho Regional de Medicina.

O Senhor Presidente do Conselho Regional de Medicina (Wirlande da Luz) – Boa tarde a todos, Senhores Parlamentares, aos Membros da Mesa. Há dois anos estive nesta Casa para debatermos saúde num simpósio. Foram dois ou três dias onde debatemos amplamente a saúde do Estado de Roraima. Tive a oportunidade de ser convidado a participar da montagem do evento. Ao término do Simpósio, entregamos uma carta ao Governador do Estado. Um ano depois eu fui fazer a fiscalização em todos os municípios do Estado de Roraima. O que encontrei foi que faltava da comida para os pacientes ao medicamento. Fiz um vasto relatório, mais de 3.500 fotografias, e encaminhei a todos os órgãos fiscalizadores e para o Governo do Estado, também. Vamos iniciar uma nova fiscalização agora, talvez a coisa esteja infinitamente pior. Este Estado, em todos os cantos, se fala muito em saúde principalmente durante o período eleitoral, mas o que nós, eu represento o CRM/RR, que é um órgão fiscalizador da saúde, o que temos observado é que a prática é outra. Um dos motivos é a péssima gestão em todos os níveis na área da saúde pública. Há desperdício de material e medicamentos que apodrecem e vão para o aterro sanitário, o desvio de recursos na área da saúde; e aqui não é privilégio, é no Brasil inteiro. Nós temos o Ministério Público trabalhando num desvio de recurso que aconteceu: a Operação Mácula, e agora o Governo Federal entra com um programa que saiu do iluminado Ministro da Saúde junto com outro iluminado Ministro da Educação, que acha que vai resolver o problema da saúde pública trazendo médicos de Cuba. Conheço as escolas que formam médicos em Cuba. Quero ressaltar, não temos nenhuma xenofobia contra cubanos ou médicos estrangeiros. No Conselho de Medicina temos médicos, inclusive cubanos, todos eles passaram pelo processo de revalidação dos seus diplomas e equiparação de suas grades curriculares, com prova de proficiência de língua portuguesa. O mínimo que se pode esperar num entendimento entre um paciente e o médico, é que um possa entender o outro. É impossível uma relação médico/paciente onde os personagens não conseguem se entender. A formação dos médicos cubanos, que é na escola latino americana de medicina, forma médico em 4 anos, médicos para exportação para trazerem divisas para o seu país. Não vem ninguém da escola de medicina em cirurgia de Havana que tem formação idêntica aos médicos europeus e americanos. O Governo Federal não está trazendo os médicos canadenses, nem os médicos espanhóis, ou franceses das boas escolas. O governo federal quer melhorar a saúde das famílias mais carentes trazendo a pior qualidade de medicina, esta é a verdade. É a pior qualidade de medicina, pessoas que sequer nós sabemos como são formadas. Isso é enganar o povo no ano que antecede as eleições de 2014. Vi hoje o iluminado Ministro Alexandre Padilha assinar, com um largo sorriso, um convênio

para trazer 4 mil médicos de Cuba. Serão bem-vindos, façam uma prova de revalidação dos seus diplomas, façam a prova de proficiência de língua portuguesa e vamos trabalhar todos juntos. Disse que vai resolver o problema da saúde pública com 4 mil médicos de Cuba. Esse país tem 5632 municípios, não dá um médico para cada município e alguém acha que vai resolver o problema da saúde com menos de um médico por município? Não vai. É um processo que está se desencadeando, que os Conselhos de Medicina estão preocupados, porque esses médicos vão trabalhar sem suas inscrições no CRM. Queremos saber quando acontecer os delitos éticos, quando esses pacientes morrerem por falta de conhecimento desses profissionais. No Brasil também temos profissionais ruins. Temos 185 escolas de medicina, 100 mil estudantes de medicina, e só oferecem menos de 12 mil vagas para os médicos se especializarem. Numa pesquisa do IPER, de indicadores de percepção social, o povo responde quando lhe perguntam qual o problema da saúde pública brasileira. O povo responde que é a falta de médicos e as filas nos hospitais públicos. O povo confunde a assistência médica com a presença do médico. O médico não vai para o interior onde não tem condições, ele só chega com estetoscópio. Vou dizer tudo que encontrei no interior do Estado: ambulância sucateada, com os pneus furados, sem combustível, não tinha comida nos hospitais, os laboratórios não funcionavam porque não tinha o mínimo de insumo, o RX sem funcionar. Não estou falando de alta tecnologia. RX hoje, é uma tecnologia rudimentar comparada com a tecnologia que se tem hoje. Encontrei no Sul do Estado um hospital sendo reformado, que ainda não deve ter sido inaugurado. Entrei numa sala onde deveria ser a sala de radiologia, e ela não está baritada. Se a sala não está baritada, as pessoas vão ficar desprotegidas. Como é que se faz uma reforma, constrói uma sala de RX e não se barita a sala? Não tem condições de funcionamento, porque na hora em que você faz uma radiografia, atinge todas as pessoas que estão ao redor. Hoje nós somos 400 mil médicos no país, dos 400 a maioria está concentrada em São Paulo. São Paulo hoje, tem 110 mil médicos, Rio de Janeiro com 40 mil. Quando se soma esses médicos, não sobra quase nada para o interior do nordeste e nem para a Amazônia. Quando você coloca na Amazônia esses médicos, estão concentrados na capital. O programa mais médicos, criado pelo Governo Federal, não vai resolver o problema, porque nós precisamos de mais médicos, mais bioquímicos, enfermeiros, dentistas. O dentista está lá no interior, só faz extrair dente. O povo está cansado de ficar desdentado, porque não se consegue fazer uma restauração simples porque não tem material. A última relação que saiu do Mais Médicos, 67% fizeram opção por Boa Vista, ninguém fez opção para o interior. As opções do interior são dois médicos que já trabalham na área indígena. Eles apenas migraram desse contrato promíscuo, que é um contrato com a COOPERATIVA, migraram para o programa do Governo Federal. É uma promiscuidade esse contrato do governo com a COOPERATIVA, em que o médico vai para o interior. Quando os contratos são feitos com as prefeituras, ele pega cano no terceiro mês. Se ele virar o queridinho da população, é posto para fora senão vai virar prefeito, e o prefeito não quer concorrência. No Brasil inteiro se demite médico, senão vira prefeito. Essa é a situação da saúde pública no Brasil, e em Roraima, é pior ainda. O nosso país, de 2005 a 2007, perdeu 41 mil leitos no SUS. O governo disse que perdeu porque não precisa de tantos leitos, porque agora tem o programa saúde da família. Aqui eu vi na gestão passada, que demitiram 24 equipes do Programa saúde da família, que corresponde à assistência médica de mais de cem mil pessoas que ficaram sem assistência e foram para a emergência do Estado. Os municípios estão sacrificados. O Deputado Joaquim foi prefeito no interior e ele sabe disso. A aplicação de 15% na área da saúde nos municípios é quase nada para as necessidades daquele povo. Os municípios estão aplicando muito mais, hoje. Tem município que aplica 20%, o Estado aplica mais 15%, e o Governo Federal aplica menos de 5%. O Governo Federal tem que tomar a iniciativa de socorrer os municípios e estados que não têm mais condições de tocar a saúde pública. A população não se conforma mais com um médico só com o estetoscópio no pescoço, não. A população quer tomografia, eletro, porque ela sabe que precisa disso. O orçamento da União de 2012, 82 bilhões, o Governo Federal contingenciou 17 bilhões. No orçamento de 2013 99,8 bilhões, e já estão se preparando para contingenciar de novo. Na minha fala, no Simpósio de 2011, eu disse que talvez dois anos depois estaríamos reclamando das mesmas coisas e nós estamos reclamando das mesmas coisas. É a péssima assistência da saúde do povo brasileiro. No movimento de ruas eu quero parabenizar o Presidente desta Casa por estar promovendo esta audiência, mas no

movimento de rua não se viu nenhum cartaz, nenhuma placa pedindo mais médicos. O que se pedia era assistência de saúde de qualidade, aí o governo transformou a assistência em saúde em mais médicos e vão chegar os irmãos cubanos. A turma que já chegou à Bahia, um estava vindo da África. Saiu de Cuba para a África e estava vindo para cá. Ele veio da África porque sequer tem o diploma em Cuba e outra era uma Russa que já tinha sido presa por tráfico de cocaína, e está homologada pelo Ministério da Saúde como médico da saúde, para vim trabalhar no Brasil. Nós temos médicos estrangeiros em todos os lugares, mas todos passaram pelo processo de revalidação de diploma, equiparação de grade curricular, proficiência de língua portuguesa. Se você perguntar para qualquer um deles, se eles aceitaram esse programa do Governo Federal nenhum aceita porque exigiram deles isso e agora não exigem dos outros. Até traficante e falso médico está chegando através do programa do Governo Federal para dar assistência à saúde brasileira. A população mais carente precisa de assistência médica, sim, mas precisa também de escolas, estradas, comunicação, internet, precisa muito mais do que isso. Eles dizem que precisamos atender o interior. Tudo bem, vamos atender, mas aqueles médicos sem formação médica? Os traficantes? Esses podem ir lá para o Caroebe, Baliza, Boca do Acre, só que os Senhores Parlamentares se tratam no Sítio Libanês. Quem se trata no Sítio Libanês está pouco ligando se vai um cubano formado em meia sola para atender aquelas pessoas do interior. Muito obrigado.

O Senhor Presidente (Chico Guerra) – A exemplo da Venezuela, lá também tem centenas de médicos. Eles estão nas casas fazendo tudo aquilo que a televisão mostrou, o treinamento e o diploma desses cidadãos? Esses cidadãos não servem nem para assinar atestado de óbito porque se vier uma pendência na Justiça o juiz não vai aceitar, porque ele não tem CRM. Mas eles vão para o Nordeste, para a Amazônia fazer a cabeça do povo e dizer que o Lula é Deus e que a Dilma é o nosso livramento. O que eles querem é fazer uma ditadura branca como fazia o Chavez.

O Senhor Representante do Movimento Vem Para a Rua (Carlos Magno) – Desde já, quero desejar um bom dia a todos. Quero cumprimentar as autoridades aqui presentes; o Ministério Público Estadual; Ministério Público Federal; nosso ilustríssimo Senhor doutor Jorge Fraxe, que está nos prestigiando neste evento; Senhor Presidente do SINTER; o Presidente do CRM e os demais Deputados aqui presentes. Antes de qualquer fala do movimento, primeiramente, quero pedir desculpas às questões que foram debatidas sobre o vídeo. Quero ratificar, mas eu peço que os senhores entendam, porque somos jovens de uma classe econômica desfavorável, comparada aos senhores e somos vítimas, as primeiras vítimas da questão do caos que está acontecendo na saúde e na educação do Estado. Por isso peço a compreensão dos senhores que se, em algum momento, quando se exceder algum membro do movimento, peço que não leve isso para o lado pessoal e nem como ofensa. Peço data vênua ao Deputado que se pronunciou sobre o ENEM e o PROUNI. Deputados, respeito as opiniões, com certeza, mas quero dizer que sou acadêmico de direito em uma universidade privada aqui do Estado e, graças ao PROUNI, tenho 100% de bolsa. Considerando o que o senhor falou ainda sobre educação, os alunos do Estado de Roraima são desfavorecidos com o ENEM? São sim, com certeza, mas por quê? Os alunos do ENEM têm dois processos, tem o SISUR, que é para concorrer às vagas no sistema público, e o PROUNI. Mas, tanto no SISUR como no PROUNI, os alunos de Roraima são prejudicados pelo baixo nível da qualidade de nosso ensino. É exatamente por isso que o Movimento Vem Pra Rua traz também o apelo popular para que possamos, aqui, criar um plano de metas e prioridades a serem legisladas, providências a serem tomadas, para que se estabilize esses dois setores que eu tenho eles como prioridades a serem tomadas, por conta de serem a base de uma sociedade. O cidadão precisa de saúde para viver e precisa de educação para se relacionar e tudo mais. Quanto à Deputada Aurelina, ela comentou também sobre a questão que os Deputados não têm a primeira instância. Segundo a Constituição Federal, Deputada, vocês têm foro privilegiado. Então, a questão de vocês terem um foro de patente mais alta, lhes dá o direito de ter uma justiça mais célere, justamente por vocês serem Deputados e terem imunidade formal e material. Quanto aos ar condicionados das escolas, debatidos nesta Mesa, é claro que as escolas quando receberam os ar condicionados não estavam preparadas para isso, no entanto, foi feito um processo de licitação para que as escolas pudessem se adequar nesse processo e eu, na minha ingenuidade, como sou leigo na política, ainda, não imagino que o legislador federal que elaborou essas leis para as escolas seja tão ingênuo a ponto de não colocar essas instalações elétricas dentro das licitações, porque, quando

fomos às escolas procurar sobre o que estava acontecendo, alguns professores, diretores, alunos, foram informados que precisaria ser feito uma nova licitação, aprovada uma nova lei, para que fosse instalada a fiação nas escolas, porque é isso que falta, a fiação não é adequada para lá. Então, acho isso uma barbaridade, porque se gastou milhões e não foi instalada a fiação nas escolas porque é, realmente, isso que falta, a fiação não é adequada para lá. Acho isso uma barbaridade, porque se gastou milhões para que se comprassem as centrais de ar e depois, mais uma licitação com um valor absurdo, para que se comprassem apenas os fios. Eu não acredito nisso. Acredito, que quando foi feita a licitação e aprovada já pelo Congresso Nacional, foi colocado todo o objeto próprio e acessório. Agora, sobre saúde, é com satisfação que estou aqui representado o Movimento Vem Para a Rua. Primeira Audiência do Movimento Vem Para a Rua que se sente lisonjeado em ser recebido por esta Casa. Agradeço à Assembleia, em nome do Presidente Chico Guerra, afinal, a Assembleia Legislativa, como Casa do povo, realmente, tem a competência de receber as manifestações sociais, os movimentos sociais. Eu queria colocar aos Senhores a saúde como o princípio constitucional da dignidade da pessoa humana. Claro que tem se falado muito em falta de recursos, mas, sinceramente, eu não engulo isso. Vou explicar: eu, cidadão, assim como os senhores, não tenho a escolha de dizer: “este mês eu não vou pagar meu imposto, simplesmente pelo fato de que meu filho precisou ir ao hospital e não tinha remédio e eu tive que comprar. O remédio é muito caro e eu ganho só um salário mínimo, então, eu não vou pagar o imposto hoje, porque o senhor, na obrigação de me devolver esse imposto com medicamentos, saúde e educação não me devolveu. Então, peço desculpas porque este mês não vou pagar o imposto”. Nós cidadãos não temos esse privilégio. Então, de maneira nenhuma, eu aceito que o Poder Público venha alegar falta de recursos. É fato público e notório que nós somos um dos países que mais paga tributo, no mundo. A nossa tributação é alta, Deputados, para depois chegarmos aqui e dizerem: não tem recursos. Isso não desce, Deputados. Vamos apurar de quem é a competência, de quem é a culpa. Vamos sim e para isso o Movimento conta com os senhores, porque é dos senhores a competência de lutar sobre os direitos do povo. Algumas considerações: historicamente, quem tem o poder tende a abusar do poder. Assim tem sido a realidade na política. Vou citar um trecho que extraí do livro do mestre Fred Dder, quanto à questão do poder: “E quando, nas idades subsequentes, Estado, dilatado com sua própria autoridade, tentou impor sua tirania sobre os direitos ou liberdade dos súditos, foi a essa doutrina que vezes e vezes se dirigiram apelos, nunca até hoje sem resultados”. Eu quero dizer com isso, Deputados, que as autoridades se encontram em uma situação mais favorável, em uma situação mais de conforto e o povo sente na pele toda a inércia que, muitas vezes, vem do poder público. Não vou deixar de citar a corrupção, que é a marca da política brasileira. Somos conhecidos internacionalmente como País corrupto, e eu conto com os Senhores para que possamos limpar e que possamos ser uma Assembleia Legislativa de reputação ilibada; depende dos Senhores Deputados. Isso é fato histórico, o povo sempre se rebelou contra os seus senhores. O povo sempre se rebelou contra os seus imperadores, contra o rei, contra o poder moderador que imprime poder e que se sustenta numa forma carquesiana à custa do povo. E, nunca o povo foi às ruas e não conseguiu nada, e espero que desta vez não seja diferente. É fato público e notório o descaso das autoridades com a saúde do nosso Estado, o que impede o acesso aos medicamentos e desvalorização dos agentes de saúde sem se importarem com as mortes e o sofrimento das pessoas nas filas nos ambulatórios e postos de saúde. Há, também, perícias demoradas, burocracias exageradas, falta de leitos, insuficiência de recursos, fraudes, corrupção e impunidade. Eu me pergunto o que é pior, Deputados, a corrupção ou a impunidade?

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Solicito ao participante que se atenha ao tema saúde que é o que está sendo discutido agora.

O Senhor Representante do Movimento Vem Para a Rua (Carlos Magno) – É apenas uma questão de contextualização, Deputada Aurilena. Estou somente contextualizando a situação que se encontra o nosso Estado.

Eu pergunto aos Senhores Deputados qual de vocês usa o sistema público de Saúde do País? Quanto de vocês, Deputados, depositariam as suas vidas no sistema SUS? Quantos de vocês dependeriam de conseguir um medicamento no Hospital Santo Antônio ou em qualquer posto de saúde? Sabemos que vocês também sabem que a saúde não está bem.

Nós temos problemas quanto à falta de medicamentos, pois existem problemas na saúde que a gente sabe que tem que ser resolvido a longo prazo, que é a questão que foi abordada pelo Presidente do CRM, Doutor Wirlande da Luz. Nós reconhecemos que a saúde brasileira, assim como em Roraima, não será melhorada de hoje para amanhã. Mas, no entanto, existem melhorias que necessitam que se faça agora. Eu vou dar exemplos meus, e cito até o exemplo do meu pai, que no dia em que conversamos com o Presidente desta Casa para solicitar uma Audiência Pública, durante a madrugada, sua pressão subiu e, quando chegou ao HGR, o médico plantonista não estava lá. Eu me pergunto, e se ocorresse o óbito? O que seria? Porque ainda foram ligar para o médico para ele comparecer no hospital. Essa é uma questão simples de fiscalização e gestão hospitalar. É preciso que os Senhores também se atentem a isso. É um pedido que eu deixo para os Senhores, porque o médico recebe para estar em casa dormindo, numa boa! Acho isso uma falta de respeito com o cidadão.

Senhores, tenho dados do portal da transparência que mostra todos os recursos que o Estado recebeu somente este ano. Falo de dados atualizados e que comprovam que esses valores astronômicos somem, desaparecem e ninguém sabe para onde vão, certamente investidos na saúde do nosso Estado, que seria seu verdadeiro fim, mas sabemos que tomam rumos desconhecidos, através de licitações com valores astronômicos de total incompatibilidade com seu devido fim. Vou citar valores reais do Estado, que recebeu até a meia noite de ontem, um bilhão, cento e setenta e sete milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, trinta e um reais e noventa e seis centavos. Senhores, esse valor é sem os fundos e convênios. A verba é direcionada para a atenção básica, para média e alta complexidade, para assistência farmacêutica, remédios. Como falta remédio, foi repassado um milhão, seiscentos e cinquenta e um, reais e oitenta e dois centavos até hoje. Por isso, eu não aceito dizer que não tem recursos; falta vontade política. É esse compromisso que queremos firmar com esta Casa, colocar a saúde e a educação como prioridade para formar a base de uma sociedade digna. Vocês sabiam que toda vez que quebra a máquina de tomografia do HGR, o que costuma acontecer freqüentemente, uma única clínica privada tem recebido essa demanda do Estado e com isso fatura, em média, cento e cinquenta mil reais em apenas um dia de atendimento. Enquanto o custo de manutenção da máquina é estimado apenas em trinta mil reais. Eu pensei até em largar o meu curso de direito e abrir uma clínica desse tipo. Das duas uma, ou fico rico com a manutenção das máquinas ou milionário prestando serviço para o Estado.

Senhores, denúncias existem muitas e quero agradecer ao Ministério Público, que está aqui presente. Quero informá-los que vamos preparar um dossiê para entregar aos Senhores, inúmeras denúncias que temos aqui, de valores astronômicos em licitações de escolas, com reformas pagas e não iniciadas e etc. Então, eu quero firmar um compromisso com a sociedade, em nome do movimento formado por jovens, basicamente, porque o jovem não está mais conformado com a corrupção. Não é falta de dinheiro e sim de justiça. Muito obrigado.

O Senhor Deputado Joaquim Ruiz – Senhora Deputada, já que ele tocou na área de educação e saúde, sou Presidente da Comissão de Educação desta Casa e quero, em nome desta Casa, colocar a Comissão à disposição e convocar uma equipe técnica das Secretarias de Saúde e de Educação para que possamos discutir todos esses recursos que chegam e daqui a gente elaborar um documento para encaminhar aos órgãos fiscalizadores, num debate amplo e transparente.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra o doutor Waldermir Paulino, do Tribunal de Contas da União.

O Senhor Procurador do Tribunal de Contas da União (Valdermir Paulino Paschoioto) - Excelentíssima Senhora Aurelina Medeiros, Presidente da Comissão de Educação, Desporto e Saúde; Deputado Joaquim Ruiz, em nome do qual eu cumprimento os demais membros da Mesa. Excelentíssimos Senhores Parlamentares aqui presentes, integrantes dos movimentos sociais, para iniciar, eu gostaria de agradecer sua Excelência, Deputado Chico Guerra, por ter nos convidado. Gostaria de aproveitar esse momento dessa relevante Audiência Pública para tratar de assuntos tão importantes para a nossa vida aqui em Roraima. Para o TCU é sempre bom está próximo às Casas Legislativas, não só do Congresso Nacional, como também das Assembleias, porque o Tribunal de Contas da União tem como missão o controle externo e dá apoio ao Poder Legislativo, principalmente no que compete ao legislativo tanto estadual como municipal. Então, no TCU, é uma diretriz do atual Presidente que nós estreitemos os laços com o Poder Legislativo. O TCU está aqui para ouvir os anseios e reivindicações da sociedade. Tenho a certeza que para nós, os assuntos tratados aqui, são

prioridades e para esses assuntos nós daremos total atenção, na medida da nossa capacidade de fiscalização e controle, junto com a Assembleia Legislativa, assim como a Câmara Municipal, o Congresso Nacional e os demais órgãos de controle que compõem a missão do controle externo no Estado, tanto na esfera federal quanto estadual, cada um trabalhando no seu campo de atuação. Tenho certeza que vamos procurar encontrar soluções para essas séries de problemas que estão sendo apontadas aqui.

Quando recebi o convite para participar dessa audiência pública, embora o convite fosse um tanto quanto genérico e dissesse reivindicações dos movimentos sociais, eu não tive a menor dúvida de que nós iríamos aqui tratar do tema educação e saúde, assim como outro tema extremamente relevante para o nosso Estado, e aqui me confraternizo com a Associação do Passarão, na questão fundiária. A questão fundiária aqui no nosso Estado é, sem dúvida, essencial. O Tribunal de Contas da União, talvez nem todos que estejam aqui conheçam a atuação do TCU. Temos o Tribunal de Contas do Estado e da União. Cada um notadamente atua quando lhe diz respeito: a verba federal o TCU; e Estadual o TCE. Então, vou citar a vocês algumas das fiscalizações que estão em curso na área da saúde, é uma fiscalização de âmbito nacional. Nossas equipes já visitaram o Hospital Geral de Roraima, Hospital Coronel Mota, e estamos indo, semana que vem, visitar o Hospital de Pacaraima e de Rorainópolis. Os quatro maiores hospitais que se enquadram nessa fiscalização. Essa auditoria tem o objetivo de verificar um panorama geral sobre a gestão hospitalar, gestão da saúde, e ver como que está a saúde no nosso País. É um trabalho bastante relevante, porque nunca foi feito dessa forma, com essa magnitude. Então, certamente, vai trazer dados importantes que possam ajudar não só os órgãos de controle a mirar a sua fiscalização, tornar ela mais efetiva, como o próprio Executivo a atuar de forma mais eficiente.

Na área de educação, sem querer retomar temas do outro bloco, estamos com duas fiscalizações em curso: uma na área do ensino médio, que é uma fiscalização coordenada também como os Tribunais de Contas do Estado, e outra que vai ter início na semana que vem na Universidade Federal de Roraima. Então, na área de educação, estamos com duas fiscalizações em curso aqui no nosso Estado.

Além disso, o TCU tem atuado este ano em uma fiscalização na uma área de segurança pública e unidades de conservação. Quanto a esse tema da questão fundiária, embora não tenhamos fiscalização específica do TCU, eu digo para os senhores que estão aqui, que é um tema muito relevante. Em nossas reuniões mensais que os órgãos de controle, o TCU, TCE, Ministério Público Federal, o Estadual, CGU, nos reunimos mensalmente e sempre tratamos esse assunto, sempre trocamos informações e procuramos atuar da melhor maneira possível.

Eu diria aqui que no tocante a todos esses problemas que estamos tratando, eu colocaria três primícias principais, principalmente para os órgãos de controle, que é o caso da instituição que aqui eu represento. Três primícias principais em cima das quais eu poderia trabalhar para superar essas dificuldades. A primeira delas, e nós já estamos fazendo isso, um trabalho conjunto. Um órgão só, não consegue solucionar os problemas, nem o problema do seu órgão. Trabalho conjunto nós temos feito aqui no âmbito de dois acordos: um chamado de rede de controle, no qual fazem parte instituições de controle, tanto na esfera federal e estadual, e também o fórum, que é o fórum de combate à corrupção que tem mais instituições federais do que estaduais. Enfim, todos os meses fazemos reuniões com todas essas atividades de modo a evitar sobreposição de tarefas.

A segunda primícia que eu colocaria, e faço referência aqui ao pronunciamento do último representante do movimento “Vem para a Rua”, quando ele citou a quantidade de recursos da saúde, que aportam no nosso Estado, mensalmente ou anualmente. Não sei a citação dele, e o que eu quero dizer é que um caminho de dinheiro não resolve o problema da saúde, nem da educação e nem qualquer outro problema. Destinar 100% ou 75% dos Royalties do petróleo para educação, será que vai resolver o problema de educação no nosso País? E digo para os senhores que um caminho de dinheiro não é a solução. A solução é a reforma do sistema e isso depende de todos nós, órgãos de controle do Executivo, Legislativo e das pessoas dos movimentos sociais, perceberem que não adianta só clamar por mais dinheiro e sim por reformas, por maior efetividade na prestação dos serviços.

E, por final, rememorando a conversa que eu tive com o Deputado Joaquim Ruiz, antes de começar a minha fala, a terceira primícia que acredito ser a mais importante de todas e aqui parabenizo o movimento “Vem para a Rua”, assim como os trabalhadores que estão lutando pela questão fundiária, que é a fiscalização social. Essa é a primícia mais importante do controle. Não adianta esperar que o

órgão de controle, por mais aparato que ele tenha, por mais preparado que ele esteja, por mais capaz, não consegue controlar toda administração pública. Dessa quantidade de recursos que chegam na área da saúde, não tenha a mínima dúvida, órgãos de controle não conseguem olhar 10%. Nossa estrutura é pequena, por isso somamos esforços para tentar compor e dividir essas tarefas, mas não tenho dúvida que a fiscalização social é o caminho, ou seja, as pessoas acompanharem. É impossível que exista um fiscal para cada servidor público, porque o custo disso não é compatível para ser suportado pela população. Um fiscal para cada servidor público é impossível que nós tenhamos, mas podemos ir além disso. Podemos ser melhores que isso, se cada um desses fiscais for um dos senhores, e é isso que eu conclamo aqui. Muito obrigado

O Senhor Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal (Gustavo Kenner Alcântara) – Quero dizer que se uma pessoa precisou do medicamento é porque essa licitação não foi feita no mínimo, há 25 anos. Esse medicamento deveria estar lá. E eu digo mais, às vezes é uma ação civil pública não é alguma coisa que o Ministério Público faz com prazer; ele faz por dever. E se é identificado que aquele medicamento vai salvar uma vida, entre prender alguém e entre perder a vida, a gente vai prender quem tiver que prender.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra o Senhor Deputado Ivo Som.

O Senhor Deputado Ivo Som – Boa tarde, Senhora Presidente; boa tarde, colegas parlamentares deste Poder Legislativo; Senhoras e Senhores que compõem esta Mesa Diretora: na presidência, Deputada Aurilena, nosso presidente e amigo da Ordem dos Advogados do Brasil Seccional Roraima, dr. Jorge Fraxe; Promotor de Justiça da Defesa do Consumidor e Cidadania, doutor Ademir Teles, seja bem-vindo mais uma vez nesta Casa; Reitor da Universidade, representado pela professora Ivanília, que acabou de sair; Presidente do Conselho Regional de Medicina, doutor Wirlande da Luz; Procurador Regional dos Direitos do Cidadão do Ministério Público Federal, doutor Gustavo Kenner Alcântara; representante do Tribunal de Contas da União, dr. Valdemir Paulino Paschoioto; representante do Sindicato dos Trabalhadores da Educação, meu amigo e parceiro do SINTER, professor Ornildo Roberto de Souza; representantes do Movimento “Vem para a Rua”, Xaulin Gomes e também, agora, posto à Mesa, Carlos Magno. Minhas Senhoras, Meus Senhores, representantes dos movimentos ruralistas, especialmente do Projeto Passarão, minhas Senhoras, meus Senhores, muito obrigado a todos e sejam bem vindos a esta Casa.

Quero dizer que estarei sempre à disposição da sociedade. Senhora Presidente, quando se fala em Comissão Geral nesta Casa, eu queria olhar para este painel hoje e ver, com exceção dos Deputados que estão de resolução a trabalho por esta Casa, queria ver esta Casa lotada com todos os Deputados que são pagos para trabalhar em nome do povo. Eu queria que todos estivessem aqui, porque o certo não seria só a frequência do Deputado na entrada, mas sim na entrada e na saída. Eu peço à Mesa mais, uma vez, que desconte nos vencimentos daqueles que não fizeram jus ao seu trabalho. Esse será o melhor papel.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, eu acho bom que a Casa esteja cheia porque, às vezes, só se vê críticas e vocês estão cobertos de razão e têm que estar aqui para saber da verdade. Quando se fala em milhões vindo para a educação, está aqui nas matérias da Folha de Boa Vista, de outros jornais que, no ano passado e neste ano, Roraima está entre os melhores Estados que paga o salário a professores. Se for mentira, é da imprensa. Segundo os dados nacionais, Roraima está entre as capitais do norte que tem mais alunos dentro das salas de aulas.

Eu concordo com os Senhores, quando fala em saúde. Vem milhões para a saúde do Estado? Vem. Está no portal da transparência. Todo e qualquer cidadão pode ter acesso. Vocês sabem quanto é que o Governo Federal, através do SUS, o que eu ouvi hoje de manhã pelo Ministro da Saúde, que ele mesmo disse, foi aplicado só este ano para compra de medicamentos do Governo Federal mais de 239 bilhões de reais. É muito dinheiro. E desse dinheiro, sabe quanto é que vem para Roraima pouco mais de 1%. Agora equipare a saúde de Roraima, onde as próprias comunidades indígenas e os municípios do interior, tudo quando falta lá vem para a capital. E, às vezes, o Governo do Estado, independente de quem quer que seja o Governador, e está aqui um ex-governador deste Estado, o eminente Deputado Flamarion Portela, que sabe que, às vezes, nós temos que arcar com os compromissos do Governo Federal que não coloca o medicamento, na ponta, nas comunidades indígenas, nos municípios, que é responsabilidade dos prefeitos. E aí vem tudo para a capital, superfaturando o atendimento e deixando as pessoas da capital desassistidas. Isso é verdadeiro. Eu

quero parabenizar o doutor Wirlande por ter falado nesta Casa, de toda uma varredura no Estado a respeito da saúde. Se eu disser para vocês que está tudo às mil maravilhas, eu estarei mentindo. Tem muito o que fazer na saúde, na educação, na segurança. Enfim, o Governo Federal hoje anunciou mais de quatro mil médicos cubanos que virão para o Brasil. Só hoje já chegaram no Brasil, principalmente no norte, 400 cubanos e Roraima foi beneficiado com 86 desses médicos. Então, falhas há em todo lugar, mas o que eu deixo claro é que esta Casa tem feito o papel dela.

Para finalizar, Presidente, quero agradecer à Mesa Diretora desta Casa, em tão pouco tempo de trabalho, mas percebi que ela está sendo recorde em audiências públicas. Esta Casa nunca abriu as portas como está abrindo hoje para a sociedade. Agora, existem pessoas que não sabem nem o que estão dizendo. Ontem eu tinha um compromisso e cancelei porque tenho compromisso com esta Casa e com o povo. Eu dei a palavra ao Major que estaria aqui e às pessoas que pediram que eu não viajasse. Eu estou aqui e só vou viajar segunda-feira, se der tempo. Se não der, o meu compromisso é com o povo de Roraima. Há pessoas que já sabem o que penso, conversei com muitos deles. Ninguém vê nenhum Deputado se manifestar para assinar a CPI, mas nós vamos tomar as providências e não tenham dúvida que, na hora certa, prevalecerá a vontade do povo. A vida é cheia de surpresas e quem viver verá.

O Senhor Deputado Flamarion Portela – Senhora Presidenta, Senhores Deputados, peço vênha à Mesa para cumprimentá-la em nome do meu amigo Ademir Teles de Menezes. E eu queria falar um pouco deste momento. Eu queria falar que a democracia é o melhor dos regimes. Claro que ela também não é perfeita porque é feita por homens. E se é feita por um ser humano, há imperfeição. Mas a democracia é, sem dúvida nenhuma, o momento glorioso de qualquer país com convivência social, que nos eleva a condição de dignidade. Este Parlamento já deu demonstração, ultimamente, com essas audiências públicas, que vem recebendo essas demandas sociais de forma absolutamente normal. É muito bom ver um jovem subir aqui e desabafar, dizer o que está sentindo. Isso é a consolidação do processo democrático.

Mas eu queria trazer um pouco da história para a reflexão de cada um na construção da democracia. Todos nós sabemos que a democracia nasceu na Grécia. Mas eu vou ainda para 450 anos antes de Cristo e falar sobre a morte de Sócrates. Sócrates ainda hoje é o pai da filosofia. Ele nunca deixou nada escrito e foi Platão, seu sucessor, quem escreveu. Mas olhem como foi que o Sócrates foi morto. Ele, na sua ânsia de descobrir as coisas, de encontrar explicações para os fenômenos naturais, ele era tido como revolucionário. E alguns pais foram então àqueles doutores da lei fazer um questionamento sobre Sócrates. E ele foi então para julgamento. Vejam como foi que funcionou 450 anos antes de Cristo. Foram reunidas num saco, bolas pretas e bolas brancas. Quem tirasse uma bola preta estava excluído do julgamento; quem tirasse uma bola branca era considerado julgador. E Sócrates foi condenado à morte, tendo que tomar sicuta. A pena foi esta morte, e ele mesmo teria que ingerir o veneno. Ele mesmo teria que se matar. Eu estou falando isso aqui para mostrar como é que surgiu há 450 anos antes de Cristo, na Grécia, a democracia. Naquela época, já se fazia a vontade popular. O povo decidiu pela condenação dele e por isso então ele teve que se matar. E nós chegamos, agora, ao século 21, o mundo inteiro celebra a democracia, com pouquíssimas exceções de governos tiranos, de governos que matam como estamos vendo na Síria e no Egito. Mas todos temos uma gloriosa democracia que deve espelhar todos nós e fazermos o debate que está sendo feito hoje.

Então, Deputada Aurelina, eu quero, primeiro, agradecer todas as pessoas que aqui participam. Quero dizer ao Presidente Guerra, que ele tem sido um presidente que tem procurado escutar o povo, ouvir a sociedade. Ele tem sido um presidente que tem feito audiências públicas. E, como disse o dr. Wirlande, nós produzimos documentos e encaminhamos para o Executivo. Acontece que o Executivo está de costas para o povo, o Executivo é que não faz o que devia ser feito. Mas nós vamos continuar aqui na trincheira, ouvindo os reclamos das ruas, não que os outros não escutem. Mas, se amanhã tiver mais uma assinatura para assinar a CPI, a Assembleia estará lá e vocês podem ter certeza que nós estamos fazendo o nosso papel, o papel mais primordial que é fiscalizar as instituições que consomem o nosso dinheiro tirado do nosso suor através de nossos impostos.

Então, eu quero, em nome do Parlamento, Deputada Aurelina, agradecer a todos e também deixar aqui para a sociedade entender isso. Nós recebemos a crítica e vestiremos a carapuça, quando necessário for, porque essa abertura é que faz com que a gente faça, com que o jovem se empolgue pelo processo, e amanhã possa estar neste

parlamento, com o nome no painel. Todos nós temos responsabilidade e devemos ter na construção, cada vez mais, desse processo democrático, combatendo as coisas ruins e as mazelas aqui ou em qualquer parte do País. Obrigado e felicidade a todos.

O Senhor Deputado Brito Bezerra – Senhora Presidenta, peço vênha a todos para, em nome do Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Joaquim Ruiz, cumprimentar a todos da Mesa. Senhoras e Senhores Deputados, todos aqui presentes, eu quero louvar a presença de todos que aqui vieram. Os movimentos sociais estão presentes; o Tribunal de Contas da União; o Ministério Público da União; a OAB; o doutor Ademir, do Ministério Público Estadual; o Conselho Regional de Medicina, através do doutor Wirlande; a educação, através do professor Ornildo. Só me faltou um representante do Poder Executivo, Senhora Presidenta. O Poder Executivo falhou. Como disse agora o nobre Deputado Flamarion Portela, ele está realmente de costas para o povo do nosso Estado, o que é ainda mais grave.

Mas, quero, brevemente, saudar todas essas pessoas que estão aqui no plenário, em busca de seu pedaço de terra para produzir. Todos os pronunciamentos que são feitos pela classe política do nosso Estado ou por qualquer um de nós são no sentido de dizer que a terra, que o nosso Estado tem vocação única, o agronegócio, a pecuária, enfim, para produzir para que nós possamos sair das amarras do contracheque, da dependência total do recurso público. E nosso Estado, Senhores procuradores, nem terra tem. Nós somos um povo sem terra, um Estado virtual. Nós pedimos providências e o Poder Federal teve que intervir no Estado para que possamos ter justiça. Que esses seis milhões de hectares que foram transferidos da União para o Estado sejam realmente, transferidos para quem é de direito, para quem tem realmente direito de propriedade, e não comercializados de maneira ilícita, como foi feito. O povo de Roraima espera, ansiosamente, providências nesse sentido. Mas eu quero aqui sintetizar tudo o que foi dito, em breves palavras. Aqui os movimentos sociais reclamaram as suas demandas justas, perfeitas, legítimas. E no primeiro dia, Deputado Flamarion, quando estourou os movimentos sociais, eu lembro que o Deputado Sampaio, que é um Deputado atuante, forte, neste sentido me perguntou. Qual a sua leitura? E eu de maneira leiga disse: eu só espero que essa indignação das ruas chegue até outubro do próximo ano, que é o ano das eleições. Os movimentos sociais colocaram muito bem. Os recursos existem. Nós somos o país com a maior carga tributária do mundo. Recursos existem e muito. Eu arrisco dizer aqui, nós temos recursos sobrando. Os recursos existem; as demandas também. E o que está faltando? Se os recursos existem, se eles vão aos cofres públicos, as demandas existem e não são saneadas. O que está faltando? Está faltando políticos sérios. Está faltando gestão. Está faltando quem realmente tenha a competência e a boa vontade de aplicar esses recursos.

Eu quero dizer para todos vocês aqui que se interessam por política. Queiram ouvir os políticos, porque se não ouvirem os políticos, se não quiserem saber da política, no dia da eleição, vão votar sem ter ouvido ninguém, sem ter conversado com ninguém. Nem a propaganda política eleitoral se quer ouvir. E no dia vota em qualquer um porque não quer dar a viagem perdida. Olhem o argumento: esse qualquer um se elege e destrói os sonhos do nosso povo, os sonhos dessa geração, e o pior, das futuras gerações.

Eu quero agradecer a presença de todas as autoridades aqui presentes, dos movimentos sociais, parabenizar pela coragem e dizer que a indignação de vocês é válida. Mas também louvo o Deputado Gabriel quando diz que nós não podemos colocar tudo num balaio só. Quero parabenizar também o Presidente Chico Guerra, que na sua gestão tem aberto esta Casa para ouvir todos os movimentos sociais. Nós temos feito simpósios e audiências públicas. Isto é louvável. Parabéns, Deputado Chico Guerra. No mais, como Deputado Estadual, me coloco à disposição de todos para as demandas coletivas. Um forte abraço e fiquemos todos com Deus.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço – Senhora Presidenta Aurelina, Presidente Chico Guerra, quero, em nome do Dr. Wirlande e Dr. Jorge, cumprimentar todos da Mesa. Quero também parabenizar todos que estão aqui por uma causa só, o Estado de Roraima. Vocês já deveriam ter vindo às ruas há muito mais tempo, desde que as terras foram transferidas para o Estado de Roraima.

Quero dizer também à minha colega Aurilena, a quem respeito muito, que a CPI é necessária. Ao Dr. Jorge Fraxe, quero dizer também que a CPI é de extrema necessidade para o nosso Estado. Para nós dizermos aonde que erraram e cobrarmos, pois é esse o nosso dever de parlamentar, fiscalizar, cobrar e dizer onde está o erro para a sociedade. Dizer a muitos de vocês para não terem medo. Sou Deputado Estadual.

Alguém de vocês sabem em que vocês votaram para a eleição de 2010? Digam em que votaram. Escolham as pessoas certas, para o Estado não estar numa situação dessas. É bonito cobrar dos parlamentares. Nós somos a vidraça dos jovens que estão nas ruas. Mas perguntem quantas vezes eles vieram aqui perguntar o que está faltando para a gente se unir e fazer o bem para o Estado de Roraima. Eu me lembro do Deputado Brito fazendo discurso na tribuna, e disse que o Estado não estava bem porque o povo não estava nas ruas. Que quando a oposição reclamava a gente juntava meia dúzia de gatos pingados para o povo não reclamar os seus direitos. O povo só reclama quando estão sentindo o sapato apertar no calcanhar. Mas a democracia é isto. Nós estamos aqui para defender vocês, para defender o Estado de Roraima. O que o Dr. Wirlande falou é a pura verdade. O motivo de inchar o Hospital Geral é porque os hospitais do interior do Estado estão abandonados. Lá não tem sequer cibalena. Falta gestão no Estado; dinheiro não falta. Administra-se com aquilo que você tem. Quando se é incapaz de administrar com aquilo que tem, dê a vaga para quem sabe. Então, é isso que nós estamos precisando. Nós precisamos fazer o dever de casa e gerir os recursos que o Estado de Roraima tem e não comparar com São Paulo, com Brasília, Amazonas, porque é daqui de Roraima que a gente come, alimenta nossos filhos e nossa família. Por isso quero me juntar a vocês e dizer que todo esse movimento é importante e gostaria de parabenizar vocês por essa brava determinação em pedir a esta Casa que instale a CPI das Terras, porque ela é de suma importância para o Estado de Roraima. Podem ter certeza, que não estamos aqui para sermos aplaudidos por ninguém, nem para sermos bajulados por alguém; estamos aqui, para fazer aquilo que as urnas nos deram, que foi a obrigação de fiscalizar, o dever de dizer onde está o erro. Por isso estamos aqui, nós somos pagos pela sociedade, pena que não sejam todos os Deputados. Olhem quantos estão presentes no painel e olhem quantos se encontram em Plenário e não é só nesta reunião não, isso ocorre em todos os simpósios que ocorrem nesta Casa. Estive presente a todos, mas os colegas não nos ajudam não sei por quê. Vocês é quem devem perguntar para a pessoa que vocês votaram, por que ele como seu representante não comparece às audiências Públicas e simpósios? Este é um pedido que gostaria de fazer a vocês, e lembrem-se de perguntar quando forem pedir seu voto, perguntem a ele para que ele quer seu voto. Perguntem por que ele quer ser seu representante? Por que ele está na sua casa lhe atrapalhando se ele não tem proposta para apresentar? Agora é bom lembrar em quem votou na eleição passada para poder ter o direito de cobrar de quem a gente votou. Obrigado.

A senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Com a palavra Doutor Jorge Fraxe.

O Senhor Presidente da OAB (Jorge Fraxe) -Quando fiz a colocação da CPI, pode ser que ela não aconteça, é uma decisão política. Mesmo que ela não aconteça, a gente ver uma atuação muito forte aqui das Comissões e ver uma disposição da comunidade em fazer essas denúncias. O Brasil tem formatado uma rede de investigação. Dessa rede, há poucos dias, quase o Ministério Público ficaria fora, mas felizmente por esse movimento, por esse clamor social, o Ministério Público teve aquela PEC rejeitada, e o Ministério Público continua fazendo parte dessa rede de investigação, assim como o Tribunal de Contas da União, Tribunal de Contas do Estado e Assembleia. Na Ordem vamos ficar alerta até outubro do ano que vem, vamos ficar constantemente. Esse exercício de cidadania deve ser feito todo dia, na fiscalização daquilo que se tem como proteção, do que é importante para a comunidade, que são os gastos, principalmente com a saúde e educação. É certo que esses gastos podem até não serem suficientes. Tem um programa que OAB faz parte, "Saúde + 10", que é 10% do PIB investimento na saúde. Fazemos parte desse programa junto com o Conselho Federal de Medicina. Em outros países são 11%, 12% , nós temos 3%. Nós estamos com a saúde mais dez. Seria 10% do PIB. São essas ações que valem naquilo que é importante para saúde. Agora, fiscalizar é muito importante, e essa fiscalização deve ocorrer todo dia e de várias formas, mesmo que a CPI não venha. Pode vir e vai contribuir num trabalho que já existe no âmbito da Polícia Federal, que é uma polícia que tem uma grande credibilidade no país. Se vier vai contribuir. O que precisamos ter é essa regularização das terras de Roraima. A regularização traz financiamento, investimento. Só o Estado com base forte pode caminhar. Fica aqui novamente a Ordem aberta aos movimentos, a Ordem aberta ao parlamento de Roraima, assim como sei que tem esse espaço aberto para a Ordem. Fico feliz em participar desse tipo de evento, que é essa formação, esse despertar desse senso crítico. Muito obrigado.

A Senhora Presidente (Aurelina Medeiros) – Essa situação é ruim para todos nós. Quanto à CPI, que estão sempre abordando essa questão de terras tem mais de 20 anos da vida da gente, e não há um ser humano neste Estado que seja contra a regularização dessas terras do Estado. Há quem diga que se a gente não fizer a CPI quer encobrir o Estado; há quem diga também, se a gente fizer, não vai pôr os culpados na cadeia. A única posição que há hoje no Judiciário, Ministério Público Federal, Polícia Federal, envolvidos na regularização das terras que o processo de transferências das terras para o Estado de Roraima ainda não foi finalizado, de acordo com o entendimento desses órgãos de controle. Por isso estão atuando aí. Então, é esse o posicionamento que muitas vezes a gente não entende. Alguém poderia dizer assim: por que a polícia federal está investigando as terras do Estado? É porque, segundo o entendimento, faltam serem cumpridos passos para que efetivamente essas terras possam ser do Estado. Nós estamos juntos e não interessa a ninguém que culpados não sejam punidos e que não se resolva a questão fundiária do Estado.

O Senhor Deputado Soldado Sampaio – Quero parabenizar o Presidente desta Casa. Não é o primeiro, nem o segundo simpósio e audiências públicas que foram feitas para receber as demandas. Não estou aqui para bajulá-la, já tivemos alguns desentendimentos políticos, mas é verdade e é fato que Vossa Excelência tem colocado esta Casa à disposição dos mais diversos segmentos e ouvindo com toda paciência as demandas encaminhadas, aquilo que está em nossa alçada. A mesma verdade fale para o Presidente da Comissão de Educação e Saúde, Deputado Joaquim Ruiz. Eu já participei de várias reuniões, vezes mesmo ser membro da Comissão de Educação, de negociações conduzidas através da Comissão. Está o SINTER, UER, que são testemunhas, pessoa da saúde. Quero parabenizá-lo Deputado Joaquim, pelo excelente trabalho à frente da Comissão, e trazer mais uma demanda. Antes de vir para cá, estive no HGER, com a Diretora Geral do Pronto Atendimento, e andei pelos corredores, e realmente existe um excesso de lotação. As pessoas estão nos corredores, e tentei saber, antes de vir à Tribuna, o porquê da lotação, pois, às vezes, a gente cobra do governo e o outro lado diz que estamos falando mal, porque é oposição, sem saber o porque. E me explicaram vários fatores, mas cheguei à seguinte conclusão: essa lotação deve-se ao fato de o atendimento, que era para ser feito lá nos postos de saúde dos bairros, não estão sendo feitos e por isso geram uma demanda enorme no HGR. Pessoas que eram para estar tomando o remédio contra o diabetes, pressão alta e outros, não estão tomando, o que automaticamente gera um problema maior para o Hospital Geral, sobrecarregando o pronto atendimento. Por isso não há leitos e as pessoas ficam nos corredores. Então, queria pedir à Vossa Excelência, Deputado Joaquim Ruiz, para fazermos uma reunião, no mais tardar na terça-feira da próxima semana, convocando o Senhor Secretário de Saúde e o Secretário de Saúde Municipal para sabermos por que está acontecendo isso, pois, se não resolvermos o problema do município, o Hospital Geral não vai dar conta ou, então, teremos que comprar leito ou alugar leito em hospitais particulares. Para concluir, gostaria de dizer que tenho um carinho e uma atenção para com o Senhor Dr. Jorge Fraxe e como a OAB, pois, com meus catorze anos, estava nas ruas pedindo o impeachment do Collor e quem estava à frente, naquele momento, era a OAB, como um órgão que sempre esteve na vanguarda das questões importantes do Brasil, e neste momento peço o seu apoio. Até entendo sua colocação, em não aceitar que se transforme a questão das terras em uma bandeira política da oposição, não querendo que os membros da oposição tirem proveito disso, agora, também não tem como aceitarmos uma colocação da OAB, quando diz que a CPI não é importante para o Estado, justamente por ser considerada uma entidade de vanguarda nos avanços e nas lutas sociais do Brasil. Obrigado.

O Senhor Presidente Deputado Chico Guerra – Gostaria de passar a palavra para o Senhor Dr. Ademir Teles.

O Senhor Promotor de Justiça, Defesa do Consumidor e Cidadania, Dr. Ademir Teles de Menezes. - Quero apenas reforçar algumas coisas que penso. Senhores Deputados, não existe Estado sem agricultura. Se andarmos por este Brasil, como, por exemplo, no Estado de Tocantins, que foi criado junto com o Estado de Roraima, na Constituição de 88, o Estado do Tocantins era no norte do Estado de Goiás e vivia completamente abandonado, hoje, o Estado de Tocantins, com a agricultura que possui, detém o título de quinto maior PIB do Brasil. É um Estado em franca expansão. O Estado de Goiás, que conheci em 1987, era um Estado capenga, a cidade de Formosa era um Município pequeno como o Mucajá, por exemplo. Com a implantação do programa do PRODECE, que era

o Programa de Desenvolvimento do Cerrado, com parceria do Governo Federal com o Governo japonês, hoje, o Estado de Goiás tem um dos maiores PIB do Brasil. Então, precisamos ter consciência, como foi dito pela Deputada Aurelina, que o Estado produz só cinco por cento do que gasta. Precisamos começar a pensar em gerar produção para sairmos dessa dependência do FPE ou do Governo Federal para tudo, e a agricultura é a grande saída, porque ela agrega uma série de outros serviços e de outros comércios para o desenvolvimento da agricultura. O nosso Estado, com esta localização, pode produzir para exportar para o Amazonas, Venezuela e Guyana, até para termos alimentos mais baratos, e a gente fica discutindo a invenção da roda. É necessário dar apoio à agricultura desse Estado, é necessário que o Estado repense seu posicionamento com relação à agricultura. Não podemos viver nessa capengueira, onde as pessoas estão sobrevivendo dependendo de vale isso ou vale aquilo. As pessoas precisam ter trabalho, ganho e renda como todo mundo tem. Então, é importante apoiar o movimento da agricultura. Em relação à saúde, sempre falo aqui do Estado de Roraima com muita tranquilidade, porque fui promotor em todas as comarcas, exceção de Pacaraima. A única comarca que não fui promotor, o resto fui em todas. Morei em São Luiz do Anauá, e lá fui promotor, e Rorainópolis de 2004 a 2007, então, tenho muita tranquilidade para falar e conversar aqui com o Dr. Wirlande sobre a situação da saúde no interior. É fácil a gente saber como está a saúde. Vou fazer aqui uma provocação aos Senhores Deputados, vamos lá ver como está “in loco”, vamos ao hospital de São João da Baliza, São Luiz do Anauá, Rorainópolis, Caroebe, onde morrem pessoas por situações que não deveriam morrer. Às vezes, por um simples parto, se chega a óbito. Já aconteceu de carregarem crianças em carrocerias de caminhonetes, desprovidas da menor condição em fazer transportes de doentes, e chegam a transportar crianças e adultos com fraturas, de São Luiz do Anauá até Boa Vista, por uma rodovia precária, que para se andar 50 quilômetros, leva-se quase duas horas, devido tantos buracos que tem na estrada. Imaginem seus filhos quebrados dentro de um carro, gritando, vindo até Boa Vista, porque lá em São Luiz do Anauá não tem condições de atendimento. Não se vai resolver o problema de falta de médicos, Senhores Deputados, se não der condições para o médico trabalhar lá. Qual é o médico que quer ir para um interior desses, em uma casa que não lhe dá as mínimas condições, recebendo um salário no mês e no segundo já não recebe se vai receber, porque nenhum Município desses tem condições de pagar dezesseis ou dezoito mil reais por mês, como se promete, quando é para levar o médico para o interior. Não vai se resolver esses problemas se não encararmos de frente, é necessário ir lá e verificar o que está errado. Discurso a gente faz aqui aos montes. Mas vamos lá visitar o hospital. Quando entrei pela primeira vez no hospital de São Luiz do Anauá, disse para minha mulher que esperava não tomar um tiro ou sofrer um acidente de carro, grave, pois me deslocava constantemente entre São Luiz do Anauá à Rorainópolis, porque se não eu morreria, não por falta de vontade do médico que estava lá, mas sim, por falta de condições de atendimento. Então, é necessário encarar isso de frente. É apenas uma sugestão, mas acho que a Comissão de Saúde da Assembleia, juntamente com os Senhores Deputados, deveria visitar esses hospitais, fazer um retrato real, não para criticar o Governo, nada disso, mas, para verificar a realidade e sugerir ou cobrar providências para que se tenha o mínimo possível de atendimento a essas pessoas. Não é por que elas são pobres que não merecem ser atendidas; são seres humanos como todos nós. Mas, vá a uma cidade dessas, fique lá, more lá. O cidadão do interior, no seu lote, sofre um acidente de trabalho e se fere, vem achando que vai encontrar atendimento e resolver seu problema no hospital da cidade que mora, e acaba morrendo, porque não tem o mínimo para atendê-lo. Então, a sugestão, sem discussões maiores, é só fazer uma visita e verificar “in loco”, a situação. Deixo esta sugestão para a Comissão, que faça uma comissão de Deputados ou que todos os 24 Deputados se desloquem até esses municípios para verificar a situação dos hospitais. Não se pode ir nesses municípios só em época de eleição, senhores, precisamos ir lá sempre, porque lá existem pessoas que precisam do apoio do Governo do Estado, pessoas que clamam pelo mínimo de saúde, educação e outros. E todos sabem que a educação é péssima. Meus filhos, estudaram na Escola Alan Kardec, em São Luiz do Anauá, por três anos. Chegou ao ponto da minha filha corrigir a professora

de matemática, porque a professora não era de matemática e sim de Geografia, que estava substituindo o professor de matemática. Então, ela não entendia muito da disciplina. Quem faz Geografia não entende nada de matemática, é igual a gente do Direito, somos burros “pra caramba” em matemática. Por isso fazemos Direito, porque não tem número. Então, essas são as verdades. Não podemos ir nesses municípios só na época de eleição, temos que ir lá, sempre, conhecer a realidade deles. Em relação ao pronunciamento do Deputado Ivo Som, acredito que ele se enganou quando falou que o governo comprou 239 bilhões de reais de remédios, pois nem o orçamento do Ministério da Saúde chega a isso, portanto, não teria como gastar todo esse valor. Certamente o governo não gastou esse valor todo em remédios. Talvez, tenha sido 239 milhões. Então, precisamos olhar toda essa situação deste nosso País, pois 100 bilhões de reais para a saúde do Brasil é uma vergonha. Não é, Dr. Wirlande? Vamos discutir e cobrar com consciência, com ponderação, mas vamos cobrar, porque as coisas precisam ir um pouco mais além do que imaginamos. E, para finalizar, fica aqui meu reconhecimento a esta Casa, pois só o ano passado estive nesta Casa por três ou quatro vezes e só este ano, já estive aqui quatro vezes, inclusive, discutindo telefonia e internet com a CPI da telefonia. Estive aqui semana passada discutindo redução da maioridade penal e agora estamos discutindo direitos sociais. Parabéns a todos. Esse é o exemplo que queremos. Acredito que o Parlamento brasileiro deveria copiar o que está sendo feito em Roraima, a Assembleia dando o direito de as pessoas virem aqui se manifestar e discutir temas que são importantes e dessas discussões sair daqui proposições a quem tem obrigação de cumprir com seu dever.

O Senhor Deputado Gabriel Picanço pede uma Questão de Ordem. - Eu moro, Dr. Ademir, no São Luiz do Anauá há trinta e três anos. Cheguei dia três de março de 1980. Já fizemos indicação, estamos nos Anais desta Casa, pedindo a reforma do hospital, do posto que fica lá em Caroebe, de São João da Baliza e São Luiz do Anauá, que roubaram até o tanque do motor de energia de lá. Tenho fotos da Escola Alan Kardec, que tem mais de um ano em reforma e meus pedidos estão nos anais desta Casa, da Escola Castelo Branco, em Caracará, que só tem as paredes. Já levaram até o telhado! A Escola Ricardo de Macedo, que já está também há mais de um ano em reforma e não acaba nunca. Mas, sei por que não acaba, porque os empresários são todos apadrinhados do Governador e eles não têm condições de fazer a obra. Simplesmente eles colocam a bolsa em baixo do braço e se dizem empresários da construção. Obrigado.

O Senhor Presidente, Deputado Chico Guerra – para encerrar esta audiência, gostaria de colocar aqui duas situações que me deixaram triste. Há cerca de quinze anos, estava em Santa Maria do Boaçu, ia descendo para o porto e vinha subindo uma senhora grávida e perguntei a ela se estava tudo bem, e ela me disse que ia ter neném, subi e foi para o posto médico. No outro dia, por volta do meio dia, aquela senhora voltando com uma criança embrulhada no braço e perguntei a ela se tinha nascido e ela me respondeu que sim, mas que tinha morrido, com doença de criança. Respondeu com uma naturalidade que feria a gente. E nesses movimentos sociais, que andam acontecendo no Brasil, aquela mulher. Imaginem, o Brasil é o País do futebol, e as pessoas foram às ruas dizendo que não querem a copa do mundo e sim saúde. Por isso peço a todos, que pensem friamente, que cada um analise se está fazendo sua parte, porque sem sombra de dúvida, este País que não quer aquilo que ama, a Copa do Mundo, é porque está realmente precisando de ajuda.

Gostaria de agradecer a presença de todos, a plateia aqui presente e dizer a vocês que vamos sair daqui com a consciência do dever cumprido, pois tenho certeza que a semente nós plantamos. Se irá crescer não sei, mas vamos insistir até que iremos conseguir. Obrigado.

E, não havendo mais nada a tratar, a Senhora Presidente declarou encerrada a Sessão, convocando outra para o dia 27, à hora regimental. Estiveram presentes os Senhores Deputados: **Aurelina Medeiros, Célio Wanderley, Coronel Chagas, Gabriel Picanço, George Melo, Ionilson Sampaio, Ivo Som, Joaquim Ruiz, Marcelo Cabral, Marcelo Natanael, Naldo da Loteria, Remídio Monai e Soldado Sampaio.**

Aprovada Ata Sucinta em: 27/08/2013